

REVISTA DO II PRÊMIO GESTOR PÚBLICO PARANÁ



II PRÊMIO
GESTOR PÚBLICO
PARANÁ

2014



Expediente

Revista do II Prêmio Gestor Público Paraná

Publicação do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná

Diretoria Executiva Estadual

Presidente: José Carlos Carvalho

Vice-presidente Sindical: Wanderci Polaquini

Vice-presidente de Administração: Nilce Costa de Oliveira Nascentes

Vice-presidente de Finanças: Olávio Pires Pereira

Vice-presidente de Aposentados e Pensionistas: Delcides Toneli

Suplentes

Sérgio Luiz de Oliveira Franco; Pedro Luiz de Paula Neto; Cláudio Tosatto; Clóvis Agenor Rogge.

Conselho Fiscal

Ghefferson Tavares; Murilo Ferreira Wallbach; Fernando Rogério Lenzi; Luiz Fernandes de Moraes Junior; Carlos Alberto Stadler.

Suplentes

Domingos Casselli Mansani; Luiz Ciruelos Sobrinho; José Antonio Sarturi.

Conselho de representantes sindicais

Sandra Regina Alves; Reginaldo de França; Carlos Alberto Tomé Coradi; João Marcos de Souza; Cesar Augusto Konart; Fernando Takeshi Ishikawa; Ricardo de Freitas; Ademir de Andrade; José Carlos Endlich; Odair Miguel Belato; Manoel Marques Neto; Wagner de Faria Lima; Genildo Duffeck Tibes; Paulo Sérgio Chagas Terra; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Plínio Luiz Faedo; Ademar Caetano da Silva.

Suplentes

Joaquim Antonio da Silva Maia; João Marcos Tripoli; Salvador Raymundo Marin; Evaldo Ernesto Casagrande; Lauro Luiz Vasconcellos Costa; Wilson Rogério Krepsz; Jacir Ailton da Silveira; Márcio Antonio Ribeiro Rosa Mazini; José Carlos Guidotti; Luiz Antonio Marqueze; Edson Akinori Molimoto; Ignês Bruchez; Renato José Brisola; Lúcia Ana Pinguello; Fred Muniz; Erson Lopes da Silva.

Produção

ABRIDOR DE LATAS

lwww.abridordelatas.com.br| 41 3026-0630

Equipe de redação

Guilherme Mikami (SRTE 9458/PR);

Larissa Amorim (SRTE 9459/PR);

Larissa Knaipp;

Amanda Caroline.



Índice

Palavras do presidente do SINDAFEP	05
Prêmio Gestor Público Paraná coroa gestores paranaenses por seus bons projetos	06
Município de Ivaiporã combate a violência com educação e assistência	10
Moradores da capital paranaense recebem cuidados médicos em suas próprias casas	12
Conservação ambiental assegura direitos das futuras gerações	14
Laboratório itinerante de fomento ao conhecimento circula por Nova Aurora ...	16
Agroindústrias Familiares valorizadas fortalecem economia local	18
Conscientização do produtor rural impulsiona a arrecadação de ICMS.....	19
Catadores de Carambeí envolvidos na educação ambiental	20
Moradias dignas para famílias em General Carneiro	22
Crianças e comunidade de Ipiranga trabalham pela preservação ambiental	24
Aprimoramento do sistema de atendimento à saúde está mudando a vida da população	26
Mandaguari investe em desenvolvimento sustentável	28
Arte e cultura são incentivadas no município de Marialva	30
Prevenção contra incêndios nas escolas de Ponta Grossa	32
Projeto de assistência hospitalar e ambulatorial melhora o sistema de saúde de Santa Mariana	34
Educação em saúde transforma hábitos e previne doenças	36

Escolas e comunidade campolarguenses prevenidas do uso de drogas	37
Projeto desenvolve a sustentabilidade na emancipação social e econômica dos catadores	38
Crianças e adolescentes são beneficiados pela equoterapia	39
Município de Cianorte assegura direito à moradia digna	40
Portadores de feridas crônicas recebem atenção especializada	41
Projeto ajuda menores infratores na construção de novos projetos de vida	42
Idosos de Colombo recebem atenção para envelhecimento saudável	43
Consultório na rua promove saúde e dignidade em Curitiba	44
Apoio traz autoconfiança a novos funcionários em Curitiba	45
Municípios do Brasil e Argentina se unem para crescimento conjunto	46
Crianças e pré-adolescentes conscientes dos perigos das drogas e da violência ...	47
Acompanhamento de gestantes e bebês para reduzir a mortalidade infantil	48
Hábitos de saúde das mulheres incentivam a promoção da saúde do homem ...	49
Blitz educativa traz conscientização sobre segurança no trânsito	50
Matemática e tecnologia caminham juntas na educação	51
Atendimento especializado oferece bem-estar aos idosos de São Jorge do Ivaí ..	52
Esportes e cultura ajudam no combate às drogas e à violência	53
Modernização no sistema de saúde garante mais agilidade no atendimento ..	54
Movimento cultural valoriza a produção artística regional em Santo Antônio da Platina	55
Programa previne complicações e humaniza os estomizados	56
Prática pedagógica tem constante evolução em Wenceslau Braz	57

Palavras do presidente do SINDAFEP



A rapidez das mudanças ocorridas no mundo moderno afeta diretamente a administração pública e o cidadão, que, por sua vez, exige mais dos gestores públicos.

Vemos hoje que o Brasil não está bem. Como consequência, os estados e municípios, de forma geral, também estão passando por momentos difíceis. Faltam recursos nas três esferas de governo e a demanda por serviços públicos de qualidade é cada vez maior.

A população não suporta mais pagar tanto tributo e ver a baixa qualidade na prestação desses serviços.

A maioria dos gestores alega falta de recursos financeiros para atender às necessidades dos cidadãos. Esta afirmação, a nosso ver, é uma meia verdade, porque agora, quando estamos lançando o III PGP-PR – depois dos dois primeiros concursos, nos quais foram abordados os temas Educação e Saúde –, temos a convicção de que, com criatividade e parcimônia com o dinheiro público, é possível desen-

volver projetos de baixo custo e com ótimos resultados para a população.

Percebemos que municípios com escassez de receita e localização geográfica menos favorável conseguiram vencer desafios com projetos voltados às áreas envolvidas nos prêmios anteriores e melhorar sensivelmente os resultados até então existentes.

Há cidades dirigidas por gestores preocupados com o planejamento, a execução, o resultado e, especialmente, com o custo-benefício de seus programas para a população.

Nesta ocasião começamos a promover a 3ª etapa do projeto, cujo tema – relevante e atual – é o Meio Ambiente. Os problemas nesta área estão cada vez mais visíveis, ao ponto de observarmos hoje no Sudeste brasileiro a seca e a escassez de água que estavam, até pouco tempo, restritas ao agreste nordestino.

Os entraves existem em todos os setores e, para enfrentá-los, é necessária boa dose de interesse, criatividade, responsabilidade e o compromisso de fazer cada vez melhor.

Por isso, estamos comprometidos em divulgar e destacar os bons trabalhos e projetos desenvolvidos no nosso estado.



Prêmio Gestor Público Paraná coroa gestores paranaenses por seus bons projetos

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) foi o palco da cerimônia de premiação da segunda edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), promovido pelo Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP).

O Prêmio tem como principal objetivo o reconhecimento de boas práticas administrativas e projetos de administração pública que trazem resultados positivos para as cidades e para a população.

Gestores paranaenses, Auditores Fiscais e convidados lotaram o plenário da ALEP em 1º de dezembro para celebrar o reconhecimento das boas iniciativas desenvolvidas no nosso estado.

Participaram da cerimônia diversas autoridades, como o 2º vice-presidente da ALEP, deputado Douglas Fabrício, o secretário-chefe da Casa Civil, Cesar Silvestri, o 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Paulo Vasconcelos, o diretor de Contas Municipais do Tribunal de Contas do Estado, Akichide Walter Ogasawara, o deputado federal Luiz Carlos Haully, e vários deputados estaduais.

“A iniciativa do SINDAFEP é louvável. Infelizmente, nós vivemos um momento no país em que se destacam pela mídia os maus exemplos e a sociedade acaba olhando isso como modelo. Mas a referência são os bons exemplos, que são a grande maioria. Aqui pudemos ver uma amostra de boas inicia-

tivas”, destacou o 2º vice-presidente do Legislativo.

O 2º PGP-PR conta com a participação especial da Assembleia Legislativa do Paraná; o patrocínio da Agência de Fomento do Paraná e da Companhia Paranaense de Gás (COMPAGÁS); o apoio da Associação das Emissoras da Radiodifusão do Paraná (AERP), da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON), do Conselho Regional de Economia do Paraná (CORECON-PR), do Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR), da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR), da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná (OAB-PR), da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA) e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Tema de 2014

O tema *Saúde: Direito do Cidadão, Responsabilidade do Estado* serviu como incentivo aos governos municipais para o desenvolvimento de políticas públicas integradoras, por intermédio de projetos que promovam a proteção e a recuperação da saúde, atendendo aos mais diversos níveis de complexidade.

Apesar do tema saúde, os municípios puderam inscrever projetos em qualquer área das funções de governo previstas na Portaria 42/99 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) como agricultura, assistência social, administração, cultura, educação, gestão ambiental, segurança pública, entre outras.

Premiação

A participação de 61 prefeitoras, que apresentaram 133 projetos das mais diversas áreas de atuação – superando os números do ano anterior, no qual 49 municípios apresentaram 89 projetos – refletiu o sucesso da iniciativa.

Após um longo processo de avaliação – que contou com uma pré-análise dos projetos pelo comitê técnico, avaliação de campo, análise e avaliação pelo comitê técnico e avaliação final pela comissão julgadora – foram selecionados os 36 finalistas provenientes de 30 municípios paranaenses que apresentaram os melhores projetos.

O grande vencedor da premiação foi o município de Ivaiporã, que recebeu o troféu Prêmio Gestor Público Especial pelo desenvolvimento do *Programa Intersetorial de Enfrentamento às Situações de Violências de Ivaiporã*.

“É com muita alegria que a cidade de Ivaiporã recebeu essa notí-



cia. Foi uma surpresa termos sido escolhidos como Prêmio Especial dessa noite. Quero parabenizar a organização do Prêmio pela forma transparente de divulgação, pelas visitas nas associações de municípios e por premiar quem faz certo, divulgando também os bons exemplos. É disso que nós precisamos”, destacou o prefeito de Ivaiporã, Luiz Carlos Gil.

A capital paranaense ficou com o Prêmio Gestor Público – Destaque Saúde, tema da segunda edição do PGP-PR, com o projeto *Serviço de Atenção Domiciliar de Curitiba*.

O Prêmio Gestor Público Administração Tributária foi para o município de São Pedro do Paraná, pelo projeto *Unidade de Conservação: Cuidar da Biodiversidade é Assegurar a Vida e os Direitos das Futuras Gerações*.

Já o Prêmio Gestor Público Tecnologia da Informação ficou com o município de Nova Aurora, pelo desenvolvimento do projeto *Ônibus Digital – Inclusão Digital, Cultural e Educacional*.

Foram premiados com o troféu Prêmio Gestor Público os municípios de Maringá, Carambeí, General Carneiro, Ipiranga, Mandaguari, Marialva, Ponta Grossa e Santa Mariana.

Os projetos desenvolvidos pelos gestores de Assaí, Campo Largo, Castro, Cianorte, Colombo, Curitiba, Dionísio Cerqueira (SC), Barracão, Bernardo de Iriyoyen (Argentina), Bom Jesus do Sul, Fazenda Rio Grande, Guaruva, Pinhais, Ponta Grossa, Rolândia, São Jorge do Itaipu, Sarandí, Santa Terezinha do Itaipu, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba e Wenceslau Braz também foram premiados com

Certificados de Reconhecimento.

Os municípios de Cianorte e Guairaçá receberam Menção Honrosa por projetos premiados na edição passada e que mantiveram a mesma qualidade de atendimento à população.

Multiplicando

Os projetos selecionados nessa segunda edição do PGP-PR estão disponíveis no banco de dados do site da premiação (pgp-pr.org.br), juntamente com as iniciativas do ano anterior, para que permaneçam acessíveis aos gestores públicos e possam ser multiplicados por todos os municípios do Paraná.

“De fato, nosso Prêmio é um sucesso. O aumento da quantidade e da qualidade dos projetos foi evidente. Nós, do Sindicato, estamos muito felizes com toda a movimentação que a premiação propicia e principalmente com o fato de o PGP-PR e os projetos do nosso banco já estarem servindo de exemplo para outros municípios”, destacou o coordenador-geral do PGP-PR, Laerzio Chiesorin Junior.

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) também apoia a disseminação da iniciativa do Prêmio Gestor Público por todo o país.

“O Sindifisco-RS criou em 2002 essa iniciativa do Prêmio com o objetivo de demonstrar que os Auditores Fiscais também podem contribuir com a valorização das boas práticas de gestão pública. A Fenafisco tem a certeza de que isso só contribui com a sociedade e motiva a qualificação da gestão pública”, afirma o presidente do Sindifisco-RS e diretor de aposentados e pensionistas da Fenafisco, Celso Malhani de Souza.

Para os prefeitos, a troca de ex-

periências proporcionada pelo PGP-PR e a disponibilidade dos bons exemplos no banco de projetos do site da premiação ajudarão a multiplicar os resultados positivos para a população de todo o Paraná.

“O Prêmio Gestor é muito importante, pois incentiva nós, prefeitos, a buscar cada vez mais projetos de qualidade que atendam melhor à população. Vou procurar no site as iniciativas dos outros prefeitos e com certeza vou achar projetos que se encaixam na minha cidade. Com isso, vemos de forma organizada a qualidade de vida chegar àqueles que mais precisam de políticas públicas”, destacou o prefeito de Fazenda Rio Grande, Marcio Claudio Wozniack.

Reconhecimento

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (Sindifisco-RS), detentores da marca Prêmio Gestor Público, também participaram da cerimônia de premiação do PGP-PR, reconhecendo e destacando a evolução do prêmio paranaense.

“Tivemos uma grata surpresa este ano em termos evolutivos. Achei o trabalho da comissão julgadora muito bom. Me chamou a atenção a qualidade dos projetos e ações que têm resultados positivos para a comunidade. Nessa segunda edição, nós é que começamos a aprender com o Paraná, e essa troca de informações é muito boa”, defendeu a diretora de assuntos de aposentados e pensionistas do Sindifisco-RS, Virginia Baldessarini Cano.

Para a diretoria do SINDAFEP, a premiação não só coroou o trabalho desenvolvido pelos prefeitos mas também refletiu o esforço de toda a equipe do PGP-PR.

“Quero agradecer às pessoas que se empenharam e se comprometeram e que, com muita responsabilidade e dedicação, fizeram com que nós chegássemos aqui hoje. Um agradecimento especial aos nossos patrocinadores, mas principalmente aos Auditores Fiscais paranaenses, que visitaram todos os 399 municípios buscando bons projetos. Sem o trabalho da equipe do Prêmio, não teríamos todo esse sucesso”, ressaltou o presidente do SINDAFEP, José Carlos Carvalho.

3ª edição

Durante a cerimônia de premiação, foi lançado oficialmente o tema para a terceira edição do Prêmio Gestor Público Paraná: *Meio Ambiente – Não Temos Tempo. O Futuro é Agora.*

O tema foi escolhido para incentivar as administrações municipais a desenvolver políticas públicas nessa área, em vista da crescente necessidade de realizar medidas sustentáveis para preservar o meio ambiente e garantir um futuro melhor para toda a sociedade. Diante do grande crescimento populacional, da ampliação da retirada de riquezas naturais, do desmatamento e do aquecimento global, é preciso que as administrações públicas e a sociedade intensifiquem as ações em defesa do meio ambiente.

Assim como em 2014, os municípios também poderão inscrever projetos em qualquer área das funções de governo previstas na Portaria 42/99 do MPOG.

A diretoria do SINDAFEP convida os prefeitos de todo o estado a participarem dessa iniciativa que beneficia toda a sociedade.





Município de Ivaiporã combate a violência com educação e assistência

Para combater a violência, os gestores do município de Ivaiporã desenvolveram um projeto interseccional, multidisciplinar e complexo.

O chamado *Programa Interseccional de Enfrentamento das Situações de Violências de Ivaiporã* foi o grande vencedor e recebeu o troféu Prêmio Gestor Público Especial pelos bons resultados trazidos à população.

Com ações de caráter preventivo, o projeto visa a atuação nas áreas de educação permanente e organização da assistência. Trata-se de uma nova estratégia de gestão em rede, em matéria de enfrentamento da epidemia da violência.

Os principais beneficiários são crianças, adolescentes, mulheres e idosos vítimas de violência doméstica e em situação de risco psicossocial.

Diante da premissa de que a

violência é um processo construído pelos homens e, portanto, passível de ser desconstruída, os gestores criaram a iniciativa. O intuito é compreender o estado mental alterado por trás de cada ato de violência e então realizar a prevenção, em articulação com a área de saúde, educação, as-

sistência social, segurança pública e promotorias, contribuindo para a construção de políticas adequadas.

A violência

Diante do crescimento da incidência da violência e da dificuldade de resposta ao problema, os



gestores municipais decidiram tratar a situação não apenas como uma questão de segurança pública, mas como um problema de saúde.

O diferencial do programa é debater o problema da violência como uma epidemia que pode ser prevenida por meio de um conjunto de propostas, estratégias, parcerias e articulações com as demais políticas públicas e organizações sociais.

Os atendimentos às situações de violências acontecem nas unidades básicas de saúde, hospitais, escolas, creches, centro de referência especializado em assistência social, delegacias, promotorias e conselhos tutelares.

Mesmo sem o controle dos dados sobre a violência no município, são conhecidos pelos gestores os impactos nos seus diversos eixos em taxas de mortalidade, morbidade, nos custos da atenção à saúde e em sua relação com o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Combate

A proposta de enfrentamento das violências no município de Ivaiporã possui foco na violência interpessoal no âmbito domiciliar, comunitário e coletivo.

O objetivo é diminuir os abusos físicos e psicológicos, agressões sexuais, violência conjugal, negligência de crianças e adolescentes, e diminuir também os problemas relacionados ao consumo de drogas.

Para o projeto é organizado um planejamento de ações conjuntas entre diversos órgãos de governo, no qual cada setor contribui de alguma forma, seja ela financeira, material ou com recursos humanos.

Com uma equipe formada por mais de 250 profissionais, o trabalho é desenvolvido seguindo princípios de cooperação, disciplina e



proatividade dos vários setores envolvidos – médicos, assistenciais, educação, segurança pública, conselhos tutelares e promotorias.

Educação

O primeiro foco do programa é o processo de educação permanente. Os profissionais são capacitados continuamente para fazer abordagem, investigação, diagnóstico, atendimento e encaminhamento dos casos.

O trabalho com prevenção é feito em parceria com os setores da educação municipal, estadual, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e projetos sociais, visando atingir o máximo de crianças e adolescentes em idade escolar e formar multiplicadores da cultura de paz.

Além disso, é feito o trabalho de sensibilização dos gestores dos sistemas de saúde, de assistência social, judicial, gerentes de serviços, conselhos municipais de saúde, de educação, da criança e adolescente, e conselho sobre drogas, adotando estratégias como estímulo à formação de grupos intersetoriais de discussão sobre o impacto das violências.

A sensibilização e a capacitação quanto à importância da notificação de ocorrências também são feitas com profissionais de saúde, gerentes de estabelecimentos noturnos, operadores de transportes públicos e turismo, garçons, agentes de segurança pública e privada e outros profissionais para prevenção de violências, proteção e garantia dos direitos humanos.

Assistência

Na área de assistência, o objetivo é criar protocolos e fluxos de atendimentos às vítimas de violência intra e intersetoriais, articulando um sistema de informações, e desenvolver ações de atenção básica à saúde, de educação e ação social – para qualificar e ampliar ofertas de vagas em creches e centro de educação infantil em regiões de maior risco.

O projeto também busca alternativas para otimizar a rede assistencial com parcerias com universidades, implementar campanhas de comunicação social e ampliar a rede com o desenvolvimento de projetos para implantação de delegacia da mulher e casa abrigo.



Moradores da capital paranaense recebem cuidados médicos em suas próprias casas

Serviço de Atenção Domiciliar de Curitiba é o nome do projeto que vem mudando a vida dos moradores da capital paranaense em 2014, principalmente dos que mais necessitam do atendimento de saúde pública.

A iniciativa, premiada com o troféu Prêmio Gestor Público – Destaque Saúde na segunda edição do PGP-PR, tem como principais objetivos identificar o estado da arte da atenção domiciliar no âmbito do sistema público de saúde no Brasil, inovar o sentido da integralidade e da humanização da atenção e encontrar meios de ampliar o projeto.

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a assistência domiciliar (AD) serve como complemento ou mesmo substituição ao atendimento convencional, integrada às redes de atenção à saúde. Para

isso são realizadas diversas ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação prestadas em domicílio.

Com o Serviço de Atenção Domiciliar (SAD), os pacientes recebem cuidados médicos, mesmo em situações adversas, no conforto do

seus lares junto a seus familiares, sem precisar enfrentar filas de hospitais e unidades de emergências.

O intuito do projeto é garantir o cuidado aos pacientes que necessitem de atenção domiciliar, desinstitucionalizar e ampliar a independência dos usuários.



1121

pacientes atendidos

atendimento pelo telefone
entre as **19h** e **7h**



Saúde brasileira

No Brasil, a primeira forma organizada de assistência domiciliar foi o Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), criado em 1949.

Em vista da recente crise do modelo de atenção hospitalar brasileiro, vem crescendo o desenvolvimento de alternativas que contribuam para a produção da integralidade na rede de serviços de saúde.

De acordo com o Ministério da Saúde, a atenção domiciliar tem se expandido no Brasil, principalmente por conta dos benefícios que traz, como a articulação de vários pontos de assistência e a otimização do uso de leitos e recursos hospitalares. Além disso, a AD é ainda uma solução para a sobrecarga das unidades de emergência.

A atenção domiciliar é dividida em três modalidades, conforme a portaria 963/2013 do Ministério da Saúde. A modalidade AD1 é relacionada à atenção primária, com o cuidado à pessoa com problema crônico de saúde, restrito ao leito ou ao lar e estável clinicamente. Já as AD2 e AD3 destinam-se aos pacientes com problemas de saúde e dificuldade ou impossibilidade física de locomoção até uma unidade de saúde e que necessitem de maior frequência de cuidado.

Assistência

O SAD de Curitiba assegura atendimento aos usuários do SUS nas modalidades AD2 e AD3 e, de forma conjunta e articulada com a atenção primária (AD1), garante a universalidade de acesso ao usuário do SUS e a integralidade e equidade do cuidado à saúde.

O Serviço de Atenção Domi-



liar é administrado pela Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba (Feaes) e está localizado no Hospital do Idoso Zilda Arns (Hiza).

O serviço conta com Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD), formadas por um assistente social, um farmacêutico, dois nutricionistas, uma fonoaudióloga, dois médicos, um enfermeiro, um fisioterapeuta e quatro técnicos de enfermagem.

Para receber os atendimentos do SAD, o usuário do SUS deve ser morador de Curitiba, possuir cadastro definitivo em Unidade Básica de Saúde, ter a presença de um acompanhante identificado e permanecer no domicílio durante o atendimento.

Os pacientes recebem atendimento multidisciplinar, contemplando a condição de saúde física e mental e seus aspectos sociais e financeiros.

Visando garantir a melhor assistência ao paciente, as equipes oferecem treinamento aos acompanhantes, deixando-os a par dos cuidados necessários. Os acompanhantes também podem receber apoio via telefone entre 19h e 7h.

Além do atendimento aos pacientes, o SAD também emite declaração de óbito em domicílio e realiza visitas domiciliares pós-óbito.

Qualidade de vida

Com a implantação do SAD em Curitiba, os usuários do SUS conseguem um atendimento mais humanizado e individualizado, e isso significa mais saúde e qualidade de vida para os cidadãos.

Desde a implantação do SAD em Curitiba, a quantidade de atendimentos realizados apresentou aumento gradativo, e eles passaram, em 2014, de 387 em janeiro para 525 em julho. Entre janeiro e agosto de 2014 foram atendidos 1.121 pacientes, em sua maioria mulheres.

As solicitações de atendimento são provenientes, em sua maioria, das Unidades Básicas de Saúde (51%), seguidas de hospitais conveniados ao SUS (32%) e das Unidades de Pronto Atendimento (17%). A avaliação do Serviço indica a possibilidade de adaptação da iniciativa a diferentes contextos da saúde no âmbito do SUS.



Conservação ambiental assegura direitos das futuras gerações

Na segunda edição do PGP-PR, o projeto *Unidade de Conservação: Cuidar da Biodiversidade é Assegurar a Vida e os Direitos das Futuras Gerações*, do município de São Pedro do Paraná, foi premiado com o troféu Prêmio Gestor Público Administração Tributária.

Com base em análise da participação do município no índice relacionado ao fator ambiental do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), os gestores municipais identificaram um potencial de melhora na arrecadação a fim de converter seu uso para melhorias em toda a unidade de conservação em que o município está inserido. Além disso, foi detectada a necessidade de melhora do Valor Adicionado de Produtos Primários, uma vez que havia pouca ou nenhuma conscientização da popu-

lação sobre a devolução da Nota Fiscal do Produtor. O Programa de Meio Ambiente do Governo do Estado do Paraná tem como objetivo conservar a biodiversidade através de instrumentos de controle da qualidade ambiental.

Com ações conjuntas de con-

servação ambiental, buscou-se aumentar a participação da cidade no repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ao mesmo tempo em que



são incentivadas práticas ecologicamente corretas.

O trabalho desenvolvido no projeto é direcionado ao uso sustentável dos recursos naturais e visa a conscientização da população sobre o direito constitucional dos cidadãos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado – essencial para garantir a qualidade de vida de toda a sociedade.

Risco

A área de proteção ambiental (APA) das ilhas e várzeas do rio Paraná, criada em 1997, abrange os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e de São Paulo e foi criado para proteger a fauna e flora, especialmente as espécies ameaçadas de extinção como a lontra e a onça-pintada.

A APA também serve para garantir a conservação dos remanescentes das florestas, dos ecossistemas pantaneiros e dos recursos hídricos, a proteção dos sítios arqueológicos e históricos, além de contribuir para o resgate da diversidade cultural regional e assegurar o caráter de sustentabilidade da ação antrópica na região, com foco na melhoria das condições de sobrevivência e qualidade de vida das comunidades da APA e entorno.

No município de São Pedro do Paraná, a APA das ilhas e várzeas do rio Paraná ocupa uma área de 11.179 hectares e possui 2.490 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No intervalo de maio a setembro têm ocorrido períodos mais secos e com temperaturas mais amenas, fazendo com que a vegetação fique seca, frágil e suscetível a incêndios florestais.

As explorações naturais variam conforme a região. Nas áreas rurais



predominam explorações agropecuárias – criações de gado, plantações de mandioca e milho etc. Nas águas do rio Paraná, além do grande volume de pesca tanto esportiva quanto profissional, há ainda a mineração com a extração de areia – importante fonte de emprego e arrecadação para o município – como as principais atividades econômicas da unidade no local.

Preservação

Os gestores municipais de São Pedro do Paraná realizaram um levantamento das necessidades pertinentes à Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) – categoria de Unidade de Conservação particular criada em área privada – em conjunto com seu proprietário.

Com o mapeamento, foi feito um acordo que fossem realizadas melhorias no tocante ao acesso às reservas, aos serviços de capinagem e instalação de placas de sinalização.

Ao identificar as necessidades de preservação, o município também passou a atuar em prol do meio ambiente, por meio de melhorias no processo da coleta seletiva e

campanhas de conscientização contra a realização de queimadas.

Políticas públicas

Em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), a prefeitura de São Pedro do Paraná elaborou o Plano Municipal de Saneamento Básico, o qual posteriormente foi aprovado em audiência pública.

Também foi elaborado o Plano Municipal de Prevenção e Combate ao Incêndio, com ênfase nas ilhas e RPPN, e o Plano de Contingência Municipal de Proteção e Defesa Civil.

O objetivo da implementação de tais políticas públicas é assegurar a educação permanente quanto à separação adequada do lixo. Para isso, serão adquiridas lixeiras adequadas para separação de lixo reciclável, lixo orgânico e rejeito.

Com a informação das ações ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para a tábua de avaliação, a participação no índice Fator Ambiental apresentou uma evolução de 24,07%, com uma receita prevista aproximada de R\$ 1.286.047. Este fator avançou a posição do município no estado do 329º para o 301º lugar.



Laboratório itinerante de fomento ao conhecimento circula por Nova Aurora

Premiado com o troféu Prêmio Gestor Público Tecnologia da Informação durante a segunda edição do PGP-PR, o projeto *Ônibus Digital – Inclusão Digital, Cultural e Educacional* vem disseminando cultura no município de Nova Aurora.

Ao reconhecer a importância da educação para o desenvolvimento social, a prefeitura municipal criou políticas públicas para facilitar o acesso da comunidade a conteúdos e estruturas que auxiliem no processo de ensino e aprendizagem de todas as idades.

Os gestores de Nova Aurora criaram o projeto em 2014 com o intuito de levar conhecimento à população por meio da literatura de fácil acesso, navegação supervisionada na internet, capacitação e cursos básicos de acordo com as

demandas levantadas pelos agentes em encontros com os moradores.

Com o projeto, a população passou a ter um incentivo maior à leitura e mais acesso à informação, tanto por meio da literatura quanto pela internet, ao acessar notícias do mundo todo.

Além disso, foi capacitada para o uso de tecnologias como computadores, por exemplo.

A meta do projeto é atender, no mínimo, a mil pessoas no primeiro ano de atuação. Além do foco em crianças e adultos, a iniciativa também é voltada a pessoas



idosas a fim de ensiná-las e capacitá-las para que aprendam a usar as tecnologias a seu favor – e isso pode diminuir os riscos de golpes contra os idosos.

Tradição e inovação

O município de Nova Aurora já tem certa tradição em ações de inovação e tecnologia em projetos de inclusão digital. Exemplos disso são os telecentros comunitários e o programa Nova Aurora Digital, que, entre outros serviços, entrega internet gratuita para a população.

Como os gestores municipais já estão atentos à questão da importância da aliança entre educação e tecnologia, a ideia do projeto Ônibus Digital surgiu do reaproveitamento dos ônibus escolares que não podem mais ser utilizados para o transporte dos alunos.

Ao invés de descartar o ônibus em leilão, os gestores decidiram utilizá-lo para outra finalidade, fazendo dele o espaço para um laboratório itinerante de fomento aos diversos modelos de conhecimento.

Numa parceria entre as secretarias de Educação e Cultura, de Obras, de Administração e a prefeitura municipal, foi possível desenvolver um projeto de inclusão que contempla no mesmo ambiente o acesso a internet, recursos audiovisuais de TV e DVD e, ainda, leitura – com a instalação de uma minibiblioteca.

O ônibus

O Ônibus Digital é adaptado para ser um ambiente de ensino e aprendizado. Com o aproveitamento da estrutura do ônibus escolar, foi construído um laboratório com nove computadores e uma minibi-



blioteca com livros para crianças, jovens e adultos.

Os frequentadores do projeto também podem usufruir de recursos tecnológicos como TV, DVD e três tablets – utilizados para cursos e aulas sobre dispositivos móveis. Além disso, o Ônibus Digital itinerante conta com acesso a internet por cabo e wi-fi gratuito para conexão por meio dos dispositivos móveis.

Para adaptar o Ônibus Digital, não foi necessário muito investimento, e, ao analisar os resultados que traz para a população, os custos ficam ainda menores.

Como estava em desuso, o ônibus não teve custo algum. As mesas, cadeiras, computadores e monitores foram retirados de telecentros fixos – que estão sendo renovados –, para capacitar os usuários do programa de inclusão digital, cultural e educacional. Assim, o custo foi apenas com a adaptação interna, plotagem externa, climatização e sistema de internet.

Embora alunos da rede municipal de ensino e seus familiares sejam os principais usuários do projeto, pessoas de todas as idades

podem participar dele. A pretensão dos gestores de Nova Aurora é estender o atendimento a toda a comunidade do entorno das escolas e órgãos públicos ou ainda residências de comunidades rurais que possuem ponto de acesso à internet ou mesmo por rádio frequência, quando possível direto da rede de internet pública municipal.

Conhecimento

O principal resultado do projeto *Ônibus Digital – Inclusão Digital, Cultural e Educacional* é levar mais conhecimento à população.

O cidadão informado é capaz de analisar os fatos, pensar em coisas diferentes, formar sua própria opinião e expor suas ideias, sem ser facilmente influenciado por opiniões ou meios de comunicação em massa.

Para a formação crítica dos indivíduos, a leitura e o acesso à informação são fundamentais, e é isso que o projeto possibilita, ou seja, criar um meio de produção de conhecimento para a comunidade e fazer com que os usuários do programa adquiram o hábito da leitura.



Agroindústrias Familiares valorizadas fortalecem economia local

Na primeira edição do Prêmio Gestor Público Paraná, em 2013, o projeto *Agroindústrias Familiares*, do município de Cianorte, foi premiado com o troféu Prêmio Gestor Público Especial.

Desde então, o projeto cresceu e foi reapresentado na segunda edição do Prêmio, sendo agraciado com uma Menção Honrosa pela continuidade do desenvolvimento de boas práticas no município.

Programa

Criado para auxiliar os produtores rurais na industrialização e comercialização de seus produtos, o projeto agrega valor e traz mais renda para a família e para o município.

A iniciativa ainda disponibiliza suporte jurídico, fiscal, sanitário e de infraestrutura, orientando concepção e implantação da agroindústria, por exemplo. A valori-

zação do espaço rural traz maior qualidade de vida no campo, com maior renda e oferta de emprego.

O programa beneficia toda a sociedade cianortense, uma vez que fomenta a melhoria da qualidade dos produtos vendidos nas feiras e mercados e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional.

Crescimento

Em relação a 2013, houve a inclusão de mais seis agroindústrias no programa, passando a atender a 18 famílias.

A meta é atingir 40 famílias de agricultores beneficiadas, com a geração de mais de 120 empregos diretos na zona rural.

Entre as agroindústrias já formalizadas ou em projeto de elaboração estão produtoras de derivados do leite, do mel, produtos embutidos e defumados, abatedouro de bovinos, suínos e de frango

caipira, indústria de filetagem de peixe e polpas de frutas.

Além do aumento no número de atendidos, o projeto teve sua estrutura otimizada. Foi criada a divisão de Inspeção Sanitária no município, com a implantação do laboratório para análise de brucelose e tuberculose bovina.

Visando fortalecer ainda mais a economia local, foi aprovada a Lei estadual 17.773/2013, que criou o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), que regulamentou a distribuição da produção das agroindústrias familiares em todo o território do Paraná.

Os resultados desse projeto refletem na qualidade de vida dos agricultores, nas condições de trabalho e na renda, o que incentiva a permanência do homem no campo.



Conscientização do produtor rural impulsiona a arrecadação de ICMS

O projeto de administração tributária *Incentivo ao Produtor Rural* – que foi inscrito sob o título *O Produtor Planta e Todos Colhem* –, do município de Guairaçá, foi contemplado com o troféu Prêmio Gestor Público na primeira edição do PGP-PR em 2013.

Reapresentada na segunda edição do Prêmio, em 2014, a iniciativa recebeu Menção Honrosa pela valorização dos agricultores da região e a consequente ampliação no recolhimento de tributos.

Agricultura

A agricultura é importante na economia de Guairaçá, onde os produtos primários representam 78,44% do valor adicionado do município, conforme dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos 6.197 habitantes, 1.238

estão na área rural, e existem 685 cadastros de produtores rurais ativos.

Os principais produtos no município são a cana-de-açúcar, eucalipto, aviários, bicho-da-seda, laranja e mandioca.

ICMS

O objetivo do projeto é o incremento na participação da cota-parte do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Com isso, pretende-se trazer mais recursos para investimentos em saúde, educação, coleta de lixo, construção de creches, entre outros.

Parceria

Para colocar o projeto em prática, a estratégia foi conscientizar os produtores rurais sobre a necessidade da parceria deles com o município.

O produtor é instruído sobre a importância da emissão da nota fiscal e dos benefícios que ele pode obter com essa prática, como a aposentadoria do titular e dos associados, auxílio-maternidade e auxílio-doença.

Resultados

Com o programa, houve aumento do número de notas fiscais de produtores autorizadas em 2014, chegando a sua totalidade no Sistema Produtor Rural. A média estadual da prestação de contas das notas autorizadas é de 30,74%.

O valor das operações entre produtores aumentou de R\$ 14.187.554 em 2012 para R\$ 15.276.628 em 2013, o que representa um acréscimo de 7,12%.

O valor adicionado da produção primária no município cresceu de R\$ 86.593.060 em 2012 para R\$ 95.325.940 em 2013, um aumento de 10,85%.



Catadores de Carambeí envolvidos na educação ambiental

A *Inclusão da Cooperativa de Catadores do Município de Carambeí-PR na Educação Ambiental, Gestão e Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos: Uma Alternativa de Economia Solidária e Mobilização Social* foi o projeto contemplado com um dos troféus Prêmio Gestor Público na segunda edição do PGP-PR.

Em 2014, os gestores do município de Carambeí incluíram os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na gestão e tratamento dos resíduos sólidos urbanos da cidade. A ação permitiu a mobilização social por meio da educação ambiental e em conformidade com os princípios da economia solidária.

A iniciativa visa ofertar capacitações e Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os catado-

res dentro do Centro de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos (CTCRS), a fim de facilitar seu acesso à educação básica e ao ensino profissionalizante. Ainda no Centro, são ofertadas

atividades de gestão de resíduos sólidos para valorizar o trabalho dos catadores e melhorar as condições de desempenho.

A formação de cidadãos éticos, crítico-reflexivos, responsá-

VALORIZAÇÃO DOS CATADORES + ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE =

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



veis e atuantes no meio socio-ambiental também faz parte dos objetivos do projeto, que busca sensibilizar a população sobre a importância da separação dos resíduos diante das consequências ao meio ambiente.

Além dos próprios catadores, também são envolvidos pelo projeto alunos, educadores e a sociedade em geral.

Cooperação

Baseada na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e no Decreto 7.404/2010, a prefeitura de Carambeí implementou o projeto para fazer a inclusão da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis (COOPAM) na gestão desses resíduos no município.

Atualmente, a Cooperativa possui um contrato para prestar o serviço de coleta seletiva municipal, porém é necessária a separação adequada já na fonte geradora dos resíduos – a população – para que possa processar e comercializar esse material posteriormente.

Diante da falta de cuidado dos habitantes na separação do lixo, foi identificada a necessidade de sensibilizar a população por meio da educação ambiental. Um dos públicos-alvo nesta iniciativa foram os alunos da rede de ensino.

Os gestores municipais também observaram que os catadores não são vistos, por uma parcela da sociedade, como agentes ecológicos que atuam em prol do meio ambiente e da saúde pública. Com esse levantamento foram desenvolvidas ações de valorização desses trabalhadores.



Impacto positivo

O projeto desenvolvido pela prefeitura de Carambeí, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, trouxe impactos positivos tanto para o meio ambiente e para a sociedade quanto para as condições de trabalho dos catadores.

Ao reconhecer a importância da Cooperativa, foi concedido o uso do Centro de Triagem e Compostagem de Resíduos Sólidos – evitando despesas com locação de espaço físico – e recursos para aquisição de novos equipamentos e um caminhão, para que as atividades aconteçam com maior agilidade e segurança.

A eficiência da triagem e do processamento dos materiais recicláveis e reutilizáveis com novos equipamentos e tecnologias melhorou significativamente, o que resultou no aumento da produção.

Com o trabalho de sensibilização nas instituições de ensino e na comunidade, houve aumento na quantidade de materiais reci-

cláveis recolhidos na coleta seletiva. A população tem separado o lixo direto na fonte.

Quanto à educação ambiental, o projeto envolveu as instituições de ensino e a comunidade, conscientizando-as quanto à coleta seletiva e às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Nas escolas foram feitos concursos relacionados a temas como a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição ambientalmente adequada dos rejeitos.

Quanto aos aspectos sociais e ambientais, os projetos desenvolvidos pelos alunos e a Conferência Escolar de Desenvolvimento Sustentável contribuíram para a formação crítica e reflexiva das crianças.

Diante dos impactos positivos nas mais variadas esferas, é notável que o município está seguindo o caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável.



Projeto garante moradias dignas para famílias em General Carneiro

Localizado no extremo sul paranaense, o município de General Carneiro criou, em 2013, o projeto *Conjunto Habitacional Bairro Novo São João*, premiado com um troféu Prêmio Gestor Público na segunda edição do PGP-PR.

A iniciativa visa promover a participação cidadã, a melhoria de qualidade de vida – mediante trabalho educativo que favoreça a gestão comunitária e a educação sanitária e ambiental – das famílias da região atendidas pelo projeto e o desenvolvimento de ações que facilitem o acesso destas ao trabalho e à melhoria da renda familiar, de acordo com as necessidades de cada uma.

Os principais envolvidos pelo projeto são moradores em situação econômica e social desfavorável, que acabam sendo prejudicados

pela exclusão social e pela falta de acesso às políticas públicas que promovam a efetivação dos direitos sociais e a busca por melhor qualidade de vida.

Com o desenvolvimento do projeto, mais de cem famílias que

viviam em situação de risco social passaram a exercer o seu direito à moradia, saneamento básico e inserção em projetos sociais e de geração de emprego e renda, além de poderem exercer sua cidadania com documentação regularizada.



Vulnerabilidade

São 113 famílias beneficiadas pelo projeto, totalizando 385 pessoas residentes no bairro Jardim São João, no loteamento São João Novo, que estavam em condição de precariedade habitacional.

Cerca de 35% dessas famílias vivem com renda inferior a um salário mínimo, e mais da metade dos moradores está em trabalho informal.

Boa parte das famílias vive somente com o valor que recebem do Programa Bolsa Família e necessitam do Benefício Eventual de Auxílio Alimentação, oferecido pelo município para conseguirem se manter.

A baixa renda deixa essas pessoas em vulnerabilidade e os empregos volantes e sazonais, sem nenhum tipo de direito ou garantia da continuidade da atividade laboral, trazem instabilidade às famílias e agravam também a desigualdade social.

Na região de intervenção do projeto, as ruas não possuíam pavimentação e o saneamento básico era praticamente inexistente, deixando a população exposta à incidência de doenças.

A condição das casas dessas famílias era mínima, com obras interminadas, construídas com madeiras reutilizadas, com apenas dois cômodos, sem forro e com fiação elétrica exposta.

Algumas residências eram de chão batido, sem mobília, apresentavam problemas de higiene sanitária, como falta de banheiros dentro das casas, esgoto de pias e chuveiro, o que agrava ainda mais os problemas de saúde pública.



Melhores condições

Para levantar as necessidades e reivindicações da comunidade, os gestores municipais fizeram reuniões semanais com as famílias envolvidas pelo projeto, por meio da comissão comunitária.

Diante da carência da população, os gestores municipais construíram o conjunto habitacional, através do Programa Minha Casa Minha Vida, com calçamento e rede de esgoto para melhorar a qualidade de vida dessa comunidade. Além disso, foi construída uma academia ao ar livre e uma nova unidade de saúde, que beneficia 4,5 mil moradores da região.

Para respeitar os hábitos e a dinâmica já existentes antes do projeto, os gestores tomaram o cuidado de considerar a antiga moradia para definir os critérios para a escolha das unidades habitacionais, levando em consideração muitos vínculos comunitários e familiares na localização das casas.

No período das obras, as famílias ficaram alojadas na Vila São Pedro, local próximo da re-

gião, que possui 70 casas em boas condições de habitabilidade, uma escola e ginásio de esportes, e receberam atendimento médico e acompanhamento por meio de um agente comunitário de saúde.

O plano de assentamento provisório priorizou ainda cuidados com casos especiais, como pessoas idosas, deficientes, mulheres e crianças recém-nascidas.

Assistentes sociais e psicólogos realizaram semanalmente encontros com as famílias, trabalhando questões de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e trabalho e renda. As pessoas também participaram de atividades sobre regras de convivência coletiva e cursos variados.

Os cursos oferecidos pelo projeto foram escolhidos conforme o interesse das famílias beneficiárias em artes, artesanato, conservação e zeladoria – visando estimular a formação e o aprimoramento profissional, como o curso de manutenção e conservação de imóvel.



Crianças e comunidade de Ipiranga trabalham pela preservação ambiental

Crianças, jovens e adultos do município de Ipiranga estão envolvidos nas ações de preservação do meio ambiente desenvolvidas pelo projeto *Ipiranga Sustentável*.

Iniciado em 2013, o projeto ganhou um troféu Prêmio Gestor Público na segunda edição do PGP-PR, em reconhecimento pelo trabalho realizado com a comunidade escolar em prol do desenvolvimento sustentável da região.

O objetivo é promover atividades de educação ambiental com a população, conforme a recomendação da Lei 9.795/1999, de que “é dever da sociedade como um todo manter atenção permanente à formação de valores, atitudes, e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção,

a identificação e a solução de problemas ambientais”.

Para isso foram promovidas ações para reduzir, reaproveitar e reutilizar o maior número possí-

vel de resíduos gerados no município.

Os principais envolvidos no projeto de educação ambiental são os próprios alunos da rede



de ensino, que atuam como divulgadores das ações para seus familiares, gerando uma cadeia de conscientização em toda a sociedade.

Além disso, a comunidade escolar e a população local também são envolvidas a fim de contribuir para a melhoria do meio ambiente, compreendendo a importância de suas responsabilidades ambientais e do cooperativismo em todos os segmentos da população.

O aumento do volume de materiais recicláveis arrecadados nas escolas municipais, a coleta seletiva no município e a diminuição do material reciclável enviado para o aterro sanitário são algumas das metas do projeto.

Também pretende-se fazer blitz de mobilização ambiental na cidade, palestras e reuniões de incentivo à preservação ambiental e lançar a feirinha verde – na qual a população poderá trocar materiais recicláveis por verduras e artesanatos.

Educação ambiental

Dez escolas de rede pública municipal das zonas rural e urbana participam do projeto *Ipiranga Sustentável*, envolvendo alunos de todas as idades, desde a creche até o ensino fundamental, para que criem a cultura de sustentabilidade desde cedo.

Ao todo são mais de 1.500 crianças envolvidas na educação ambiental, aprendendo sobre a importância do seu papel para a preservação do meio ambiente.

Escolas da rede estadual, órgãos privados e públicos possuem parcerias com os realizadores do projeto, por perceberem o potencial das crianças para motivar e



reproduzir ações sustentáveis em sua família e na comunidade local.

A participação dos familiares, em conjunto com os membros das escolas, como professores, coordenadores e responsáveis técnico-ambientais, colabora para o processo de conscientização ambiental.

Para que as crianças compreendam que o ser humano necessita de tudo que há no planeta, e que é preciso aprender a cuidar, renovar e cultivar os elementos essenciais à vida, as atividades de educação ambiental são feitas de forma lúdica e dinâmica.

Atitudes

Em paralelo às ações de educação ambiental, o município vem reestruturando seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos e ajudando no descarte correto de cada tipo de resíduo.

Para contribuir na conscientização da população para o melhor aproveitamento de recursos naturais, são promovidas ações ambientais, palestras e conversas.

Para mobilizar a comunidade

local sobre as questões ambientais, os gestores de Ipiranga realizaram campanhas educativas estimulando os cidadãos a cuidarem do ambiente nos pequenos gestos do dia a dia, como separar o lixo reciclável e não jogar dejetos em locais inapropriados.

Apenas nos pontos de coleta, o município conseguiu arrecadar quase duas toneladas de materiais recicláveis, sem contar com os materiais arrecadados nas casas pelo caminhão de reciclagem – totalizando três mil garrafas pet, 248 discos de vinil e quase cinco mil CDs que serão usados para artesanato. A superação da meta de uma tonelada é reflexo do engajamento da população para contribuir com o desenvolvimento sustentável.

Toda população do município – cerca de 14 mil habitantes – está sendo beneficiada com a adoção das medidas. Resíduos que antes eram descartados em local inadequado agora têm a destinação correta, não geram acúmulo de lixo e sujeira e ajudam a evitar possíveis doenças e inundações.



Aprimoramento do sistema de atendimento à saúde está mudando a vida da população

Os gestores de Maringá demonstraram sua preocupação com a saúde pública com a criação do projeto *Implantação do Portal Saúde: Acesso do Cidadão ao Cartão Saúde Maringá*, que está mudando a vida da população com o aprimoramento do sistema de atendimento à saúde.

Premiado com um troféu Prêmio Gestor Público durante a segunda edição do PGP-PR, o projeto permite aos moradores o acesso ao Portal Saúde Maringá, desde que estes utilizem a rede municipal de saúde, já estejam cadastrados no Sistema Gestor Saúde e possuam o Cartão Saúde Maringá.

Iniciado em 2013, o empreendimento permite aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) o cadastro para visualizar todos os recursos a ele disponibilizados,

possibilitando a impressão de laudos de exames laboratoriais, do último atestado vacinal, da carteira de vacinação e do histórico de atendimentos realizados nas Unidades de Saúde.

O projeto ajuda a manter a população informada sobre as ações da Secretaria Municipal de Saúde e receber atendimento pela equipe de suporte do Portal Saúde Maringá.



Modernização

Comprometida com a gestão de informação, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Maringá vem acumulando experiências em relação à incorporação de Tecnologia de Informações e Comunicação em Saúde (TICS).

A secretaria identificou a falta de uma ferramenta para se comunicar com a população que representasse um avanço frente ao Sistema de Gerenciamento em Saúde (SGS) que o órgão já utilizava.

No SGS, todos os profissionais da área já fazem o acesso para realizar seu trabalho e atender com qualidade à população. Porém, antes do Sistema tudo era feito manualmente e o cidadão tinha que se dirigir à unidade para retirar resultados de exames, solicitar cópias de registro de atendimento e retirar a segunda via da carteira de vacinação.

Assim, surgiu a oportunidade de viabilizar o acesso do cidadão a tais informações, o que facilitou e melhorou os serviços de saúde, com o desenvolvimento do portal Saúde Maringá – com tecnologia web.

Desde 2005, a SMS vem construindo a infraestrutura básica de hardware e redes de comunicação e implantando soluções informatizadas para rede municipal de atenção do SUS.

O projeto dá continuidade ao desenvolvimento tecnológico da rede de saúde, por meio de um conceito sistêmico que permite a inclusão, alteração e exclusão de notícias, artigos, imagens e arquivos, sem a necessidade de conhecimento de programação por parte do responsável pela manutenção do portal.



Através do site do portal, lançado em 28 de abril de 2014, os cidadãos conseguem visualizar, imprimir ou gerar arquivo em PDF de diversos dados referentes ao seu histórico de atendimento e serviços de saúde. Tudo isso para garantir a segurança do site.

Para acessar o site, o cidadão recebe orientações nas Unidades Básicas de Saúde, onde também são geradas as senhas para obtenção do Cartão Saúde – necessárias para o primeiro ingresso no portal. Entretanto, a alteração da senha pode ser feita no próprio portal, facilitando a vida do cidadão.

Praticidade

Com o crescimento da população e da demanda de atendimento na rede municipal de saúde de Maringá, o volume de serviços disponibilizados também precisa crescer com qualidade.

Por isso, o projeto visa facilitar o acesso do cidadão ao serviço de saúde pública, visto que ele não precisará se deslocar até a Unidade Básica de Saúde, tam-

pouco enfrentar filas e esperas, além de ter a seu alcance mais informações e de poder aprimorar seu conhecimento ao utilizar a ferramenta informatizada disponível no Portal Saúde.

Com o crescimento do uso de novas tecnologias, principalmente no meio on-line, a Secretaria decidiu incorporar o uso de tecnologia de informações e comunicação em saúde ao projeto, disponibilizando ao cidadão informações essenciais sobre os serviços de saúde, bem como consulta aos registros de seu atendimento, e benefícios que dão mais praticidade ao processo.

O Portal Saúde tem recebido muitos visitantes e foram geradas mais de 17 mil senhas nas Unidades de Saúde, o que mostra o interesse da população no projeto.

Na seção *fale conosco*, já foram registrados 56 questionamentos de usuários, 18 textos ou fichas para publicação no portal e 16 convites recebidos de outros setores.

Todas as mensagens recebidas por e-mail são respondidas no mesmo dia.



Mandaguari investe em desenvolvimento sustentável

Preocupado com o meio ambiente, o município de Mandaguari desenvolveu o projeto *Inclusão Social, Geração de Renda e Desenvolvimento Sustentável em Mandaguari* – Projeto CATAMAN, que recebeu o troféu Prêmio Gestor Público durante a segunda edição do PGP-PR.

A iniciativa, criada em 2012, buscou implantar uma política pública de gestão ambiental na região.

Para isso, foi realizado um trabalho em conjunto com a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Mandaguari (ACAMAN), fazendo sua reestruturação logística, produtiva, legal e social, o que possibilitou o desenvolvimento de ações de educação ambiental, o atendimento da coleta seletiva municipal, a geração de trabalho e renda e o desenvolvimento socioeconômico de Mandaguari.

Os gestores municipais também

priorizaram a conscientização da população para contribuir na mudança, com ações de educação ambiental voltadas a toda a sociedade, com a divulgação de material educativo, capacitação de recursos humanos e envolvimento das crianças, incorporando a dimensão

ambiental de forma interdisciplinar nos diferentes níveis e modalidades de ensino.

Fundada em maio de 2007, a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Mandaguari era formada por catadores de rua e do antigo lixão municipal e, no mesmo



ano, passou a executar o Programa de Coleta Seletiva do município.

Em 2012, a ACAMAN tinha 11 associados. A quantidade de material coletado nos bairros era de aproximadamente 10 toneladas por mês, ou seja, cerca de 2,5% do resíduo bruto gerado pela população. Para o armazenamento dos materiais recicláveis, havia um espaço de 350 m², o que dificultava a triagem e a capacidade produtiva da Associação.

Dificuldades

De acordo com a prefeitura de Mandaguari, até 2012 havia dificuldades no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos urbanos. Consequentemente, havia certo desca-so social em relação aos catadores, além do passivo ambiental gerado pelo descarte inadequado de resíduos em áreas de preservação permanente e problemas na destinação dos resíduos no aterro sanitário.

A dificuldade no desenvolvimento da coleta seletiva estava relacionada à ausência de estrutura logística para atender a toda a região, causada pela falta de caminhões exclusivos para a coleta domiciliar.

O aterro sanitário municipal era sobrecarregado com os resíduos que deveriam ser destinados à Associação, tendo como consequência maiores gastos para o município e passivos que poderiam ser prevenidos com uma política adequada.

Solução

Ao realizar um diagnóstico da situação, os gestores de Mandaguari identificaram a necessidade de desenvolver uma política pública de inclusão social e desenvolvimento sustentável local.

A gestão de resíduos sólidos ur-



banos passou a ser prioridade, baseada na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305/2010, e na Lei Federal de Saneamento Básico, 11.445/2007, com diretrizes que contemplam o Plano Diretor Municipal e o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Mandaguari.

Destarte, foi criado o projeto CATAMAN, com foco na geração de trabalho e renda, reintegração social dos trabalhadores, desenvolvimento local por meio de ações sustentáveis vinculadas à coleta seletiva e estruturação produtiva da ACAMAN.

Transformação

Os benefícios gerados pelo projeto incidem em toda a população de Mandaguari e, principalmente, nos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis.

Com ações de educação ambiental em escolas, palestras em comunidades, conferências e audiências públicas, a população passou a ter mais conscientização, e os impactos ambientais gerados pelo descarte inadequado de resíduos também foram reduzidos. Os moradores também participam da construção das políti-

cas públicas, a partir de audiências, conferências e eventos na cidade.

A ACAMAN passou por reestruturação social, produtiva e econômica e teve um aumento significativo na quantidade de associados, passando para 28 pessoas em 2014. Desse modo, a coleta seletiva consegue atender a 100% da população da cidade, o que resulta no aumento da renda média dos associados em 30% e no maior reconhecimento do trabalho dos catadores – que passaram por atividades de formação e capacitação.

Com mais equipamentos para o tratamento dos materiais e cinco caminhões com motoristas para a coleta, a Associação também fez um contrato com a prefeitura de prestação de serviços de coleta, transporte, transbordo, triagem, beneficiamento e destinação de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis. Com isso, o volume de material coletado é de 65 toneladas ao mês em média.

Assim, os impactos ambientais foram reduzidos, houve a diminuição na quantidade de materiais descartados em áreas inadequadas e ainda o aumento da vida útil do aterro sanitário.



Arte e cultura são incentivadas no município de Marialva

O *Desenvolvimento Artístico e a Promoção Cultural (cidadania)* foi um dos projetos premiados com um troféu Prêmio Gestor Público na segunda edição do PGP-PR por fomentar a formação artística dos cidadãos do município de Marialva.

Com a iniciativa, desde 2008 os palcos da Casa da Cultura Hélio Depiere e do Cine Teatro Sônia Maria Silvestre Lopes passaram a ser ocupados por crianças, jovens e adultos que participam de atividades artísticas e culturais, oferecendo à população mais acesso à cultura.

Por meio das oficinas culturais ofertadas pela Secretaria de Cultura do município ao longo do ano, o projeto contribui no incentivo à criação, pesquisa e produção artística, desenvolvendo conhecimentos artístico-culturais mediante apresentações.

Com o projeto, não apenas os participantes das oficinas passam a ter mais conhecimento cultural mas também toda a população, que começa a ter acesso a espetáculos e atividades artísticas, e isso gera o desenvolvimento cultural do município.

Novos hábitos

Em vista da preocupação e do comprometimento com as políticas culturais e do desenvolvimento de programas e ações governamentais para a área, a prefeitura de Marialva possui em sua estrutura administrativa a Secretaria de Cultura



e Turismo, desmembrada em 2011 da Secretaria da Educação.

Desde então, a vida cultural de Marialva ganhou novos contornos com a inauguração do Cine Teatro Municipal Sônia Maria Silvestre Lopes, com capacidade para 684 pessoas.

A inauguração do espaço possibilitou ao município sediar eventos, receber atrações culturais de todo território nacional e produzir grandes espetáculos.

A Secretaria de Cultura oferece gratuitamente oficinas permanentes de formação aos moradores, trazendo para inserção cultural alunos de diversas idades, muitos que, inclusive, já se encontram em universidades.

O projeto insere crianças e jovens, que passam a ter um contraturno de qualidade e com responsabilidade. Entre as atividades oferecidas estão grupos de música, teatro e dança, que elaboram shows e espetáculos artísticos para a população e participam de competições pelo país.



Festival de cultura

Anualmente a Secretaria de Cultura promove o Festival de Cultura, no qual são apresentados os resultados das oficinas. O projeto vai ao encontro das metas do Plano Nacional de Cultura, que divulga e valoriza os grupos e a formação artística buscando o desenvolvimento cultural.

O Festival de Cultura, realizado tradicionalmente no mês de novembro, tem como objetivo mostrar os frutos dos cursos de teatro, street dance, dança contemporânea, teclado, violão e a Orquestra Raiz Sertaneja, ministradas durante o ano todo na Casa da Cultura Hélio Depieri, atraindo pessoas de toda a região.

Diversos espetáculos já foram criados e apresentados por meio do projeto, como os musicais *Alegria*, *A Bela e a Fera*, *História da Música: No Mundo da Fantasia*, *Luz-Câmera-Ação*, *Mamma Mia*, *Família Addams*, *Grease – Nos Tempos da Brilhantina*, *Wonderland – No País das Maravilhas* e os espetáculos de dança *A História da Música II*, *Tons de Branco* e *Astros*.

Bons exemplos

Com a realização das oficinas, grupos teatrais e de dança passaram a ser criados na cidade, o que reflete o interesse da população em disseminar a cultura por toda a região.

A Companhia Elenco de Dança Júnior se classificou para o Mundial de Hip Hop em Las Vegas e é um dos três grupos selecionados para representar o Brasil no cenário internacional.

A Orquestra Raiz Sertaneja existe há cinco anos, é formada por mais de 40 músicos – de diversas idades e classes sociais da comunidade – e coordenada por um maestro. Seu diferencial é a formação distinta daquela verificada nas orquestras tradicionais, com instrumentos como viola caipira, acordeão, cavaquinho, pandeiro e outros usados na música sertaneja, e é uma referência para músicos de outras regiões.

Diante dos bons exemplos, constata-se que o projeto e o festival de cultura têm sido um bom estímulo para a comunidade, contribuindo para a formação de plateia e para a democratização do acesso à cultura.





Prevenção contra incêndios nas escolas de Ponta Grossa

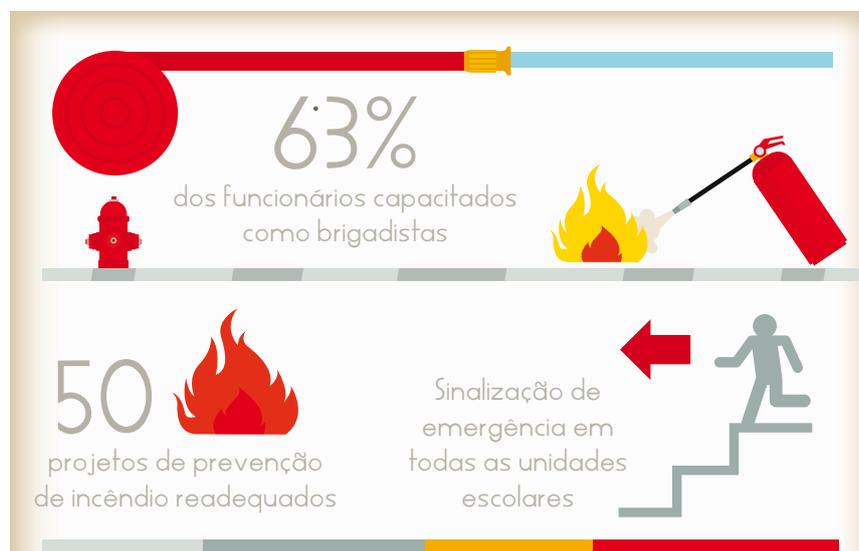
Desde 2013, a cidade de Ponta Grossa tem realizado ações para a proteção, prevenção e preservação da vida dos alunos e servidores. O projeto *Segurança e Prevenção Nas Unidades Escolares Municipais de Ponta Grossa – Brigadas de Incêndio* foi premiado com um dos troféus Prêmio Gestor Público.

A iniciativa prevê a implantação de brigadas de incêndio visando proteger a vida da população em casos de fogo, principalmente das pessoas que ocupam prédios e edificações.

Para isso, os colaboradores designados para compor a brigada de incêndio passam por um intenso treinamento, que os capacita como profissionais habilitados para atuar em situação de emergência. São treinados para retirar as crianças e funcionários do

edifício com segurança no menor tempo possível, para dar condições de acesso às operações do Corpo de Bombeiros, à utilização de equipamentos de combate a incêndio e de primeiros socorros, e uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Com o projeto, os gestores de Ponta Grossa pretendiam, inicialmente, capacitar 50% dos funcionários da rede municipal de ensino como brigadistas, recarregar todos os extintores de incêndio, readequar 50% dos Planos Pré-vios de Intervenção (PPI) confor-



me as normas do Corpo de Bombeiros, equipar todas as unidades escolares com a sinalização de emergência, instruir os serventes, zeladores e merendeiras quanto ao uso correto do EPI e formar brigadistas mirins em cada unidade escolar.

Preocupação

No início de 2013, a administração municipal decidiu estabelecer medidas de prevenção e combate a incêndios, preocupada com os riscos e as consequências que um possível incêndio pode trazer à população – sem o devido preparo e conscientização.

Diante da preocupação, os gestores fizeram um estudo para identificar o que fazer em caso de incêndio em uma unidade escolar, quais as medidas de segurança a serem tomadas, quais as condições físicas dos edifícios e como é feita a manutenção dos equipamentos de segurança, como extintores e sinalização.

Com a pesquisa, foi realizado um levantamento das condições de segurança nas 127 unidades escolares e demais dependências administrativas da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Ponta Grossa.

Normatização

A segurança e os meios de prevenção contra sinistros estão regulamentados no estado do Paraná no Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (CSCIP) e na Norma de Procedimento Técnico (NPT) 17/2012.

A NPT estabelece condições mínimas para a composição, formação, implantação, treinamento e reciclagem da brigada de incêndio para atuação em edificações e áreas de risco no Paraná.



Segundo a norma, na prevenção e no combate ao princípio de incêndio, é preciso o abandono de área e primeiros socorros, com o objetivo de proteger a vida e o patrimônio e reduzir os danos ao meio ambiente, até a chegada do socorro especializado.

Ciente das determinações legais, a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa normatizou a implantação das brigadas de incêndio nas instituições municipais de ensino para atender ao previsto no CSCIP e na NPT 17.

Prevenção efetiva

Para desenvolver as ações essenciais à adequação da situação, a SME criou a Divisão de Segurança do Trabalho para atender às necessidades das unidades escolares.

A equipe planejou a adequação dos planos prévios de prevenção de 77 unidades de acordo com as exigências do Corpo de Bombeiros e a formação da brigada de incêndio – que é obrigatória pelo Código de Prevenção de Incêndio do Corpo de Bombeiros do Paraná. A implantação das brigadas de

incêndio foi dividida em formação teórica e prática. Cada componente foi treinado em noções de combate a incêndio, primeiros socorros, salvamento e abandono de área.

Dentre as principais atividades desenvolvidas estão a elaboração dos projetos de prevenção de incêndio das unidades escolares no Instituto de Planejamento e Urbanismo (INPLAN), o treinamento teórico da brigada de técnicos de segurança do trabalho e enfermeiros, simulações mensais de evacuação do edifício pela brigada de incêndio da unidade escolar.

Desde o início do projeto, foram capacitados 63% dos funcionários da rede municipal de ensino como brigadistas, e todas as unidades escolares foram 100% equipadas com sinalização de emergência e tiveram instrução de seus serventes, zeladores e merendeiras quanto ao uso correto de EPIs.

Já foram readequados 50 projetos de prevenção de incêndio e todos os extintores foram recarregados. A sinalização de emergência para todas as unidades escolares também já foi adquirida.



Projeto de assistência hospitalar e ambulatorial melhora o sistema de saúde de Santa Mariana

O *Projeto de Reestruturação do Sistema Municipal de Saúde: Atendimento Médico Hospital e Atenção Básica* recebeu um dos troféus Prêmio Gestor Público, na segunda edição do PGP-PR, por proporcionar melhorias à saúde da população.

Iniciado em 2013, o projeto visa promover atendimento médico rápido, digno e com qualidade aos moradores do município de Santa Mariana.

Para melhorar o sistema de saúde, os gestores da cidade realizaram um processo de reestruturação da atenção básica, com a criação de novas Unidades Básicas de Saúde (UBS) a fim de acelerar os atendimentos nos bairros do município.

No Hospital Municipal Santa Alice também foram feitas mudanças, com a implantação de atendimentos médicos e ambulatoriais

e a realização de procedimentos cirúrgicos de pequena e média complexidade, que resultaram na diminuição dos encaminhamentos aos hospitais regionais.

Crise

Segundo os gestores do município, a crise nos hospitais do Paraná atingiu Santa Mariana.

Em 2009, o Hospital Municipal Santa Alice, inaugurado na década de sessenta, deixou de funcionar para ser utilizado como Departamento Municipal de Saúde. A falta de estrutura do Hospital prejudicou o atendimento à população.



Para conseguir atendimento, os moradores precisavam se deslocar 18 quilômetros até o município vizinho, Cornélio Procópio, para fazer procedimentos médicos e exames de diagnósticos simples ou complexos.

Além da deficiência no atendimento hospitalar, a rede de atenção básica também era carente de infraestrutura e recursos humanos para atender às demandas de todo o município.

A situação era tão alarmante que a cidade tinha uma Unidade Básica de Saúde construída há dois anos, mas que ainda estava fechada por falta de equipamentos e pessoal para funcionar.

A frota de veículos era a única forma de transporte da população em busca de atendimento médico fora do município, apesar de muito pequena para a demanda local e em estado de conservação precário.

Mesmo com esse apoio, os pacientes muitas vezes eram submetidos a longas esperas, culminando algumas vezes no retorno sem o devido atendimento.

Solução

A partir da visão da saúde pública como o foco principal da administração municipal, o *Projeto de Reestruturação do Sistema Municipal de Saúde* foi criado com base no respeito e na valorização do ser humano.

Para sua implementação, o município emitiu um decreto de situação de emergência e calamidade pública na rede de saúde de Santa Mariana. Isso permitiu a contratação emergencial de pessoa jurídica habilitada no ramo da saúde, serviços e obras necessários à continuidade dos serviços públicos de saúde, visto que a cidade não dis-



punha de recursos próprios de infraestrutura, pessoal, material, equipamentos, medicamentos e demais meios necessários para diagnósticos, prevenções e tratamentos.

O decreto também autorizou a contratação da empresa prestadora de serviços na área de saúde pelo período de noventa dias, para o desenvolvimento de medidas de reestruturação de atenção básica de saúde.

Progresso

De acordo com a prefeitura de Santa Mariana, estão sendo realizados 100% das solicitações de atendimento médico dos cerca de 12.500 habitantes do município, seja para consulta, retorno, cirurgia, partos, entre outros procedimentos.

Cerca de 20 meses após sua reabertura, o Hospital Municipal Santa Alice já realizou mais de 40 mil atendimentos, 200 procedimentos cirúrgicos de pequena e média complexidade, 13 partos normais e 83 cesarianas.

Com a reabertura do Hospital, não há mais fila de espera para cirurgias eletivas, o que resultou ain-

da na redução do tempo de espera para a realização de procedimentos cirúrgicos de pequena e média complexidade.

A Unidade Básica de Saúde do Conjunto Laranjinha já foi inaugurada e atualmente faz atendimentos de atenção básica e também de especialidades.

A construção da Unidade Básica de Saúde no bairro Vila Santa Rita já foi iniciada, e as obras das UBS do bairro Vila Trevo, do distrito Panema e do distrito Quinzópolis ainda estão em andamento. O processo licitatório para a reforma da Unidade Básica de Saúde Central também já foi solicitado.

Para aprimorar os atendimentos, os gestores de Santa Mariana melhoraram a frota existente, com a reforma de veículos e aquisição de novos para o transporte de pacientes que necessitam de tratamentos específicos em cidades da região.

A Secretaria de Saúde do município agora possui sistema unificado de informações, o que facilita o controle de atendimentos e procedimentos realizados nas UBS e no Hospital Municipal Santa Alice.



Educação em saúde transforma hábitos e previne doenças

O Projeto *Formando Agentes Mirins de Saúde* é uma ação de educação em saúde desenvolvida no município de Assaí desde 2009.

A iniciativa, que recebeu um Certificado de Reconhecimento durante o 2º Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR), atende a 246 alunos do 5º ano da rede municipal de ensino, beneficiando as famílias de todos esses estudantes.

Multiplicadores

As Unidades de Saúde de Assaí estavam sobrecarregadas pela demanda crescente de serviços, porém observou-se que grande contingente da procura era de patologias facilmente preveníveis com a adesão a bons hábitos de saúde, como a higiene de alimentos e das mãos.

Muitas vezes, esses cuida-

dos não são tomados por falta de informação. É neste sentido que o projeto atua, promovendo educação em saúde no ambiente escolar e, por meio das crianças, atingindo suas famílias e comunidades.

Os estudantes do 5º ano estão em uma faixa etária na qual assimilam facilmente as informações e são participativos, colaborando com a disseminação das informações aprendidas, promovendo a mudança de hábitos de pessoas próximas.

A iniciativa integra os órgãos municipais de saúde e educação, de forma que as atividades são desenvolvidas por agentes comunitários de saúde sob supervisão de enfermeiros e pedagogos.

Entre os temas abordados estão o combate a vetores transmissores de doenças, como o mosquito *Aedes aegypti*, transmissor

da dengue, e a correta lavagem das mãos e sua importância no controle de infecções.

Comunidade orientada

Com uma comunidade orientada e trabalhando coletivamente, houve desenvolvimento nos padrões de qualidade de vida da população.

Também houve melhora nos quadros de doenças infectocontagiosas em virtude do estímulo ao hábito de lavar as mãos, diminuindo os casos de parasitoses.

Segundo dados do Sistema de Informação do Plano Nacional de Combate à Dengue (PNCD), não houve índice de infestação do mosquito *Aedes aegypti* após a formação dos Agentes Mirins de Saúde – redução significativa diante dos 2,48% de 2008.



Escolas e comunidade campolarguenses prevenidas do uso de drogas

O Projeto PESCÔ (*Prevenção em Escolas e Comunidades*) – Fase II – (*Construção de Políticas Públicas Sobre Substâncias Psicoativas (Drogas) com Foco na Prevenção*) surgiu em 2013 por intermédio da Secretaria Municipal de Políticas sobre Drogas do município de Campo Largo.

A iniciativa, que utiliza ferramentas educativas, sociais, artísticas e culturais no combate às drogas, recebeu um Certificado de Reconhecimento na segunda edição do PGP-PR.

Diálogo

O diálogo é a base do projeto, que busca a conscientização sobre os riscos do uso de drogas, por meio de vídeos e conversas com estudantes, equipe pedagógica e pais de alunos.

Além das conversas, o PESCÔ leva às comunidades atividades como arte, skate, teatro, música, grafite e artes marciais.

A iniciativa também identifica usuários de drogas dessas comunidades e os encaminha para tratamento e formação profissional, buscando sua ressocialização.

Em 2013, o PESCÔ atuou em 95% da comunidade escolar. A grande aceitação do projeto fez com que as intervenções também se estendessem para as escolas estaduais de Balsa Nova.

Crianças

Em 2014, novos diagnósticos e desafios fizeram com que o programa passasse a dar um enfoque especial às atividades preventivas voltadas às crianças, visto que elas estão cada vez mais vulneráveis aos perigos das ruas.

Desta forma, o projeto foi implementado no campo da educação fundamental com a proposta de incluir o tema na execução dos planos de aulas cotidianos, adaptados

à matriz curricular educacional do município.

Para isso, foram ampliadas as ações executadas desde 2013 e promovida capacitação específica para 1.200 professores municipais do ensino fundamental.

O PESCÔ também atraiu as cidades vizinhas, oferecendo a capacitação também a 300 visitantes de Araucária, Palmeira, São João do Triunfo, Porto Amazonas e Antônio Olinto.

Aprovação

O projeto beneficia toda a população, que tem se mostrado favorável à iniciativa, como demonstra a sua replicação em outros municípios.

A receptividade das crianças surpreendeu a equipe do PESCÔ, demonstrando que, apesar da pouca idade, a maioria delas conta suas vivências e experiências relativas à droga em ambiente familiar, reafirmando a importância do programa.



Projeto desenvolve a sustentabilidade na emancipação social e econômica dos catadores

Um trabalho que une sustentabilidade e inclusão social, desenvolvido pelo município de Campo Largo, foi um dos ganhadores de Certificado de Reconhecimento do 2º PGP-PR.

O projeto *Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis* otimizou o *Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Campo Largo*, com ênfase nos recicláveis, a fim de possibilitar a diminuição de resíduos no aterro e promover a emancipação social e econômica dos catadores.

PTTS

O programa coloca o catador como protagonista na promoção da sustentabilidade por meio de ações previstas pelo Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS).

A iniciativa ampliou o roteiro da coleta seletiva. Também foi desenvolvido um programa que re-

colhe o óleo usado e vende-o para a indústria, o que gera renda aos trabalhadores.

Incentivando a inserção em organizações coletivas, foram cadastrados os catadores que trabalhavam individualmente.

O projeto busca viabilizar a presença dos catadores em palestras sobre reciclagem e fornece apoio técnico sobre formas de otimizar a separação e armazenamento dos materiais coletados.

Os catadores recebem acompanhamento de demandas individuais e familiares com inserção nos serviços de políticas públicas como assistência social, saúde, educação e previdência social.

Para ampliar o alcance do projeto, são realizadas ações educativas voltadas à população. Em 28 meses de projeto, 19.965 pessoas receberam panfletos sobre a temática de reciclagem.

Resultados

Hoje a área urbana de Campo Largo é totalmente atendida pela coleta seletiva e a população está mais consciente quanto à importância da separação dos resíduos.

Os catadores receberam capacitação sobre segurança e saúde no trabalho.

A melhoria das condições de trabalho vieram com o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e com o projeto de prevenção de incêndio aplicado na Central de Triagem.

O projeto *Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis* otimizou o *Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Campo Largo* e também ampliou a quantidade de resíduos processados, o número de fardos comercializados e, conseqüentemente, a renda mensal dos catadores, que teve aumento de 275%.



Crianças e adolescentes são beneficiados pela equoterapia

O projeto *Equoterapia como Prestação de Serviço à Comunidade*, do município de Castro, oferece equoterapia à sociedade, ao mesmo tempo em que proporciona aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa (MSE) uma oportunidade de ressocialização, transformação de seu papel social e humanização.

Participante da segunda edição do PGP-PR, a proposta de utilizar um método terapêutico que faz uso do cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar recebeu um Certificado de Reconhecimento.

Equoterapia

O tratamento com equoterapia é oferecido a crianças e adolescentes abrigados no Serviço de Acolhimento Institucional (Casalar), crianças da rede municipal de ensino com problemas de aprendizado, comportamento ou emocional, e crianças e adolescentes que foram vítimas de algum

tipo de violência e são atendidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas).

A terapia contribui para o tratamento emocional e psicológico dos usuários, resgatando sua autoestima e autoconfiança.

MSE

O objetivo é promover, com os adolescentes que cumprem a MSE, reflexões sobre qualidade de vida e seu papel na sociedade, afastando-os das ruas e de novos atos infracionais.

Atualmente, 23 adolescentes em cumprimento de MSE fazem parte do projeto. Eles contribuem com a limpeza das baias e cuidados com os animais, andam com os cavalos para acostumá-los ao ambiente do treinamento e, na sequência, auxiliam e participam da terapia das crianças, colaborando na condução do animal e no desenvolvimento das atividades pedagógicas e sensoriais.

Antes de o projeto existir, a MSE era cumprida com serviços simples e braçais, que não traziam grandes resultados na ressocialização.

Benefícios

A oportunidade que adolescentes infratores têm de retomar de forma benéfica ao convívio comunitário tem favorecido toda a sociedade castrense.

A iniciativa também está melhorando o desenvolvimento emocional e de aprendizagem escolar das crianças em tratamento.

O projeto é um avanço na ressocialização dos menores infratores, que aprendem noções de responsabilidade, compromisso, autocontrole, autoestima, espírito de colaboração e respeito.

Segundo a equipe gerencial do projeto, até o momento nenhum menor foi reincidente.



Município de Cianorte assegura direito à moradia digna

O projeto *Teto Solidário*, do município de Cianorte, auxilia na construção de residências para as famílias de baixa renda, assegurando o cumprimento do direito dos cianortenses à moradia digna. Por isso, recebeu um Certificado de Reconhecimento no 2º Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR),

Sonho

Habitação de qualidade é necessidade primordial para qualquer família.

O alto custo de uma moradia digna e as dificuldades enfrentadas por famílias de baixa renda na contratação de financiamentos e empréstimos habitacionais são formas de exclusão social.

Estudos realizados pelo Setor de Desenvolvimento do município identificaram que existe um grande número de famílias que não

consegue efetivar o sonho da casa própria e, desta forma, é obrigada a pagar aluguel, comprometendo grande parte de sua renda.

Concretização

Implantado em julho de 2013, o *Teto Solidário* é destinado às famílias com renda mensal de até três salários mínimos, proprietárias de apenas um imóvel e que comprovem residir em Cianorte há, pelo menos, cinco anos.

O principal objetivo é fornecer materiais de construção que irão ajudar na edificação das residências de até 70m², contribuindo para que as pessoas menos favorecidas financeiramente possam morar com dignidade.

O projeto de engenharia da edificação também poderá ser doado pelo município através do Projeto Casa Padrão ou Projeto Casa Fácil.

Após pedido das famílias, é realizada uma análise e seleção dos beneficiários e a prioridade no recebimento das doações é das famílias que possuam pessoas com necessidades especiais, filhos menores ou idosos.

Benefícios

Em 2013 foram beneficiadas cerca de 50 famílias, que tiveram melhoria na qualidade de vida e acesso ao bem essencial que é a moradia.

Os setores de mão de obra e comércio de materiais de construção locais ganharam movimento e, com isso, também foram alcançados positivamente.

De forma geral, todo o município ganha com os resultados obtidos, já que poderá contar com melhor qualidade de habitação, desenvolvimento social e menor desigualdade social e econômica.



Portadores de feridas crônicas recebem atenção especializada

As feridas crônicas surgem associadas a diversas doenças como diabetes mellitus, hanseníase e neoplasias e necessitam de atenção especial por serem consideradas complexas quanto à cicatrização e por haver risco de processos infecciosos.

Para dar o tratamento adequado, a Secretaria Municipal de Saúde de Cianorte criou o *Protocolo de Assistência aos Portadores de Feridas Crônicas – Curativos Especiais*, agraciado com um Certificado de Reconhecimento durante o 2º Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

Sistematização

Conviver com uma ferida crônica traz muitos problemas ao portador, que sofre com dores constantes, afastamento do trabalho, sentimento de incapacidade, baixa autoestima, alterações nas relações

com a família e gastos financeiros com curativos.

Neste sentido, é necessária a existência de um suporte adequado para atender a esses indivíduos, que os ampare oferecendo todos os cuidados de saúde necessários para tornar o processo mais ágil e menos doloroso.

O projeto procura dar atenção especial às pessoas que possuem esse tipo de ferida com a sistematização da assistência prestada por meio de um protocolo criado para esse fim.

Os pacientes são acompanhados por um ambulatório específico e recebem atendimento multidisciplinar.

Os enfermos são avaliados por um médico vascular e por profissionais de enfermagem, com possibilidade de haver encaminhamento para profissionais de outras especialidades, como nutricionista, fisioterapeuta e dermatologista.

Atualmente, 34 pacientes usufruem do tratamento em que se utilizam curativos com alto grau de cicatrização, os quais proporcionam a diminuição do tempo de resolução do quadro.

Resultados

O tratamento de ferida crônica é sempre importante por interferir diretamente na qualidade de vida dos pacientes, tanto na questão da autoestima e do convívio social quanto no comprometimento de renda.

Os pacientes submetidos ao *Protocolo de Assistência aos Portadores de Feridas Crônicas – Curativos Especiais* tiveram excelentes resultados na cicatrização das feridas, com a diminuição do tempo de tratamento.

Conseqüentemente, houve diminuição de gastos financeiros do município, com economia de cerca de 50%.



Projeto ajuda menores infratores na construção de novos projetos de vida

O projeto *Caminhar Juntos*, do município de Colombo, recebeu um Certificado de Reconhecimento no 2º PGP-PR.

A iniciativa proporciona o imediato atendimento socioeducativo em meio aberto aos adolescentes egressos de medidas de internação.

Desinternação

O adolescente que esteve em privação de liberdade sofre com a burocracia e falta de orientação no momento da sua desinternação.

A morosidade na tramitação do processo é de no mínimo seis meses. Essa lacuna de tempo, entre a desinternação e o início de medidas em meio aberto, gera resistência do adolescente, bem como dificuldades para a equipe técnica em retomar com o jovem e sua família os encaminhamentos dados nos Centro de Socioeducação (CENSE).

Orientação

O *Caminhar Juntos* visa orientar o jovem para um novo projeto de vida já antes de sua desinternação, acompanhando o adolescente na sua reinserção na sociedade.

Quando as unidades de internação e semiliberdade identificam a possibilidade de uma desinternação, comunicam ao Programa Especializado em Medidas Socioeducativas (PEMSE), iniciando o diálogo sobre encaminhamentos possíveis.

O PEMSE realiza reuniões com os adolescentes e seus familiares, conduz o jovem a cursos profissionalizantes, unidades de ensino ou ao mercado de trabalho e analisa também a necessidade da inserção da família em programas de auxílio.

Quando acontece a desinternação, é formalizado um Plano Indi-

vidual de Atendimento (PIA), e o adolescente é atendido pelo programa *Caminhar Juntos* até que corram todos os trâmites legais, garantindo o cumprimento dos direitos e deveres do adolescente e sua família.

O objetivo da iniciativa é acompanhar o jovem em um processo de reflexão sobre sua vida, vislumbrando possibilidades para o futuro ao mesmo tempo em que incentiva o desejo pela mudança e exercício da cidadania.

Reinserções

Até o momento, 12 adolescentes já foram atendidos e não foi registrada nenhuma reincidência entre os participantes.

O bom exemplo do *Caminhar Juntos* já foi estendido à semiliberdade feminina em Curitiba e ao CENSE de Fazenda Rio Grande.



Idosos de Colombo recebem atenção para envelhecimento saudável

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 20,6 milhões de idosos. A expectativa é que em 2060 o país tenha 58,4 milhões de pessoas idosas, demonstrando que está ocorrendo um envelhecimento populacional.

Atento a essa realidade, o município de Colombo criou o projeto *Nosso Idoso*, que recebeu um Certificado de Reconhecimento na segunda edição do PGP-PR.

Convivência

A proposta do *Nosso Idoso* é oferecer um ambiente de lazer, cidadania e atenção à saúde dos idosos colombenses.

Ao todo, são 18 centros de convivência, localizados próximos aos Centros de Assistência Social (CRAS), onde os idosos

podem frequentar livremente, evitando o abandono muitas vezes vivido em um internamento asilar.

Os idosos contam com o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos, geriatras, auxiliares de enfermagem, professores de educação física e voluntários.

Dentre as atividades desenvolvidas estão dança, alongamento, caminhadas, jogos, massagens, bailes, gincanas, hora do conto, folclore, coral, teatro, alfabetização, cursos livres, artesanato e horta comunitária.

Quanto à atenção à saúde, são oferecidas campanhas de prevenção, atendimento médico, vacinação e palestras sobre saúde bucal, higiene pessoal e ambiental, orientação sexual e alimentação saudável.

Com o programa, o município trabalha a cidadania dos idosos através do fórum permanente sobre segurança, acessibilidade, aposentadoria e família, além da realização de conferências sobre combate à violência, dinâmicas de grupo e troca de experiências.

Participatividade

O programa já cadastrou 1.200 idosos com mais de 60 anos participando das atividades que contribuem para o processo de envelhecimento saudável, o desenvolvimento da autonomia, do convívio comunitário e a prevenção de situações de risco social.

Os familiares também são beneficiados pela iniciativa, pois os vínculos com os idosos são fortalecidos e a convivência torna-se mais harmoniosa.



Consultório na rua promove saúde e dignidade em Curitiba

O *Consultório na Rua: Devolvendo Sorrisos, Promovendo Equidade, Semeando Possibilidades* teve seu início em 2009, quando atendia apenas a usuários de drogas em condições de vulnerabilidade social em Curitiba.

Hoje, é uma política pública que oferece atenção integral de saúde à pessoa em situação de rua, de segunda a sexta-feira.

Por ser um exemplo positivo de boa prática na gestão pública, o projeto recebeu um dos Certificados de Reconhecimento da segunda edição do PGP-PR.

Atendimento

O projeto atua com quatro equipes multidisciplinares formadas por médico, psicólogos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, assistentes sociais, dentistas e auxiliares de saúde bucal, que percorrem pontos estratégicos ofe-

recendo atendimento e orientação aos moradores de rua.

Os profissionais acolhem o indivíduo e lhe devolvem a possibilidade de estabelecer novas perspectivas de vida, apontam caminhos possíveis para as populações vulneráveis, em busca de sua viabilização.

Sorrisos

Dentre todas as cidades que oferecem um trabalho nesses moldes, Curitiba é a única que oferta serviços odontológicos, embora a presença do profissional dessa área não esteja prevista na portaria do governo federal que estabelece o programa.

Os cirurgiões-dentistas foram inseridos nas equipes após o levantamento da demanda dos moradores de rua em relação à saúde bucal.

Nos Consultórios na Rua, é feito um trabalho de conscientização da população sobre cuidados

buciais, distribuindo escovas e pastas de dente e mostrando a maneira correta de utilização.

Resultados

Em um ano de funcionamento, já foram atendidos dois mil moradores de rua, de um estimado de quatro mil no município. Ao todo foram onze mil atendimentos.

O projeto *Consultório na Rua: Devolvendo Sorrisos, Promovendo Equidade, Semeando Possibilidades* estabeleceu-se como porta de entrada para as demais políticas públicas do município, como educação, assistência social e habitação.

Mais do que proporcionar acesso à saúde, as equipes já conquistaram o retorno familiar de doze moradores de rua, a realocação de pessoas em abrigos da prefeitura, a vinculação das grávidas ao Programa Mãe Curitibana, dentre outros encaminhamentos.



Apoio traz autoconfiança a novos funcionários em Curitiba

O Instituto de Ensino e Pesquisa da Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde de Curitiba (Feaes) desenvolve um projeto para acolher os novos funcionários do Hospital do Idoso Zilda Arns (HIZA), com apoio na adaptação às tarefas e relações interpessoais.

Intitulado *Porto Seguro*, o projeto recebeu um dos Certificados de Reconhecimento durante o 2º PGP-PR.

Insegurança

Encontrar uma solução para frear a grande rotatividade dos técnicos de enfermagem contratados no HIZA foi o que inspirou o projeto.

Uma sondagem realizada pelo projeto *Porto Seguro* constatou que uma das causas de pedido de desligamento era o perfil do paciente idoso ser muito peculiar, o

que gerava insegurança naqueles que não estavam familiarizados.

Como barcos

Ao disseminar conhecimento, o projeto facilita a troca de informações entre os colaboradores experientes e os novos.

Nos primeiros 15 dias de trabalho, o novato conta com o amparo de um âncora, profissional de referência que o acompanha e dá orientações nas atividades.

No décimo quinto dia, inicia-se a fase *Vento em Popa*, em que é realizada uma entrevista com o timoneiro – responsável por acompanhar o andamento do programa – com a finalidade de avaliar o acolhimento, e identificar possíveis dificuldades.

Se o funcionário ainda não estiver pronto para trabalhar de forma independente, permanecerá com o âncora por mais cinco dias.

Se apresentar as condições ideais, irá *Içar Âncora*, iniciando suas atividades.

Após 40 dias de participação no projeto, é hora de *Levantar Velas*, momento no qual o coordenador de área recebe o colaborador para entender suas dificuldades e promover ajustes necessários, como capacitação ou entrosamento com a equipe.

A última fase, *Navegar*, acontece no sexagésimo dia, quando o funcionário participa de uma palestra motivacional da Feaes.

Acolhimento

Hoje, existem 40 âncoras e 12 timoneiros atuando no HIZA. O projeto está em desenvolvimento, mas uma análise qualitativa demonstra que os funcionários novos se sentem acolhidos e desenvolvem autoconfiança para realizar suas atividades.



Municípios do Brasil e Argentina se unem para crescimento conjunto

O *Programa de Fortalecimento da Economia Local – Produto Local* abrange quatro municípios que formam o Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF): Barracão e Bom Jesus do Sul, no Paraná, Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, e Bernardo de Irigoyen, em Misiones, na Argentina. Inscrito no 2º PGP-PR, o projeto recebeu um dos Certificados de Reconhecimento.

A iniciativa visa contribuir com o desenvolvimento local, com a implementação de propostas de empreendedorismo.

Diagnóstico

Atentos ao desenvolvimento econômico da região, os municípios do Consórcio fizeram, em 2009, um levantamento que diagnosticou que apenas uma pequena parte de produtos da agroindústria consumidos nas cidades eram produzidos localmente.

Naquele ano, foram consumidas 450 toneladas de carne, das quais apenas 26% foram produzidas regionalmente.

Constatou-se a necessidade de viabilizar a economia local por meio do fortalecimento do processo produtivo, da geração de renda e emprego, da ocupação de mão de obra familiar, do apoio às iniciativas locais, da melhoria do padrão de qualidade dos produtos já produzidos e do desenvolvimento do processo de organização dos produtores.

Ações integradas

Com diversas ações conjuntas, o programa valoriza os produtores da região, desenvolve o espírito empreendedor e oferece a oportunidade de profissionalização.

Voltadas principalmente aos produtos de origem animal, foram criadas leis municipais de serviço

de inspeção sanitária, implementadas igualmente nos municípios.

Isto também ocorreu com a capacitação das equipes de trabalho, que se uniram para garantir que a implementação em todos os municípios se desse por igual.

O programa incrementa a assistência técnica e financeira dos agricultores, estimula a busca de inovações, além de sensibilizar para a melhoria e expansão de sua unidade de produção.

Resultados

Com o aumento do consumo local, os agroempreendedores perceberam a importância de valorizar o que se produz na região, focando no desenvolvimento desses municípios.

Com isso, o projeto agregou renda e está melhorando a qualidade de vida da população.



Crianças e pré-adolescentes conscientes dos perigos das drogas e da violência

Programa Contra as Drogas e Violência, o Procondev foi criado em 2013 para conscientizar crianças e pré-adolescentes em fase escolar sobre perigos do uso de drogas, lícitas e ilícitas, e da violência.

A iniciativa, criada em Fazenda Rio Grande, foi compartilhada com os municípios paranaenses e recebeu um Certificado de Reconhecimento pela boa iniciativa.

Com o envolvimento da Guarda Municipal, de escolas e famílias, o programa é uma ação conjunta que ajuda o jovem a reconhecer as influências diárias que contribuem para o uso de entorpecentes e para a prática de violência, desenvolvendo habilidades para resistir a elas.

Prevenção

O Procondev trabalha com estratégias de conscientização e pre-

venção no ambiente escolar para o combate ao uso de drogas e violência, atuando em instituições da rede pública e particular.

As crianças e pré-adolescentes recebem três meses de cursos e orientações, realizando diversas atividades que despertam a consciência dos malefícios das drogas em suas vidas e na de seus familiares.

Desta forma, os alunos são incentivados a tomar decisões responsáveis e conscientes no que diz respeito a sua saúde e segurança, além de virarem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos entre seus amigos e familiares.

O Procondev tem por base as diretrizes do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd), que foi desenvolvido também em Fazenda Rio Grande pela Polícia Militar do Paraná.

Guarda Municipal

A Lei 970/2013 prevê profissionais da área de segurança, principalmente os guardas municipais, como os instrutores do Procondev. Para isso, eles receberam cursos de capacitação planejados por meio de metodologias e orientação técnica.

O envolvimento da Guarda Municipal no projeto fortalece a imagem positiva da segurança pública perante a comunidade.

Nas ruas

O resultado do projeto é perceptível nas ruas, onde houve a diminuição do envolvimento de crianças e pré-adolescentes nas abordagens policiais.

Em 2013, o programa atingiu quase mil estudantes, e em 2014 participaram das atividades promovidas pelo Procondev 1.700 alunos.



Acompanhamento de gestantes e bebês para reduzir a mortalidade infantil

A mortalidade infantil é um dos principais indicadores de desenvolvimento humano, uma vez que envolve diversos fatores como qualidade de serviços de saúde ofertados, disponibilidade de renda e alimentos para as famílias e questões de saneamento básico.

O município de Guarapuava, ciente da importância de diminuir os índices de mortalidade infantil, lançou em 2013 o *Programa Materno Infantil – Mamãe Guará*.

A iniciativa, que recebeu um Certificado de Reconhecimento no 2º Prêmio Gestor Público Paraná, traz um conjunto de ações que garante o acesso ao pré-natal e aos cuidados pós-parto.

Monitoramento

O programa monitora as mu-

lheres enquanto gestantes e no estado puerperal (pós-parto), bem como todas as crianças nascidas vivas no município.

Para efetuar o monitoramento, foi instituído um documento individual de registro de controle das ações efetuadas.

Toda gestante recebe uma carteirinha e é cadastrada no programa Sistema de Pré-Natal (SIS-PRENATAL).

Para o acompanhamento, todo bebê também recebe no hospital a carteira da criança, já com os primeiros registros, orientações e avaliação de fatores de risco, como desnutrição, nascimento prematuro e outras situações diferenciadas.

Quando o bebê nasce, é feito o agendamento do primeiro atendimento médico à mãe e ao recém-nascido, com a finalidade de avaliar as condições de ambos

após o parto e realizar ações de acompanhamento.

O primeiro atendimento será na unidade de saúde mais próxima à residência da mãe, como uma estratégia de vinculação e de garantia de monitoramento da criança.

Em andamento

Apesar de ter sido iniciado a pouco tempo, alguns resultados do *Programa Materno Infantil – Mamãe Guará* já são visíveis tanto aos gestores municipais quanto à população.

A exemplo disso estão o estabelecimento de uma linha de cuidado para gestantes e crianças, com sistematização da assistência e qualificação da equipe de médicos, dentistas, fisioterapeutas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde e outros profissionais.



Hábitos de saúde das mulheres incentivam a promoção da saúde do homem

Em 2013, a Secretaria Municipal de Saúde de Pinhais realizou o monitoramento das ações desenvolvidas voltadas à saúde da população masculina adulta.

Os dados demonstraram que a procura por atendimento dessa população acontecia em maior número quando problemas de saúde como hipertensão, diabetes e Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) se tornavam mais graves.

Diante dessa realidade, o município de Pinhais traçou um plano para ampliar a assistência à saúde desse público, com o projeto *Campanhas de Saúde do Homem. Uma Experiência de Inclusão Através do Estímulo Feminino*, premiado com um dos Certificados de Reconhecimento durante o 2º PGP-PR.

Bom exemplo

A cidade de Pinhais já promovia campanhas noturnas mensais

voltadas à população feminina para realização de exames preventivos.

Nessas oportunidades, o Departamento de Assistência à Saúde observou que muitas mulheres compareciam às Unidades de Saúde acompanhadas por algum familiar do sexo masculino, identificando a oportunidade de inserir o atendimento a eles nessa rotina. Foi quando, em 2013, iniciaram os atendimentos mistos nas campanhas noturnas.

Incentivo

Com o início das campanhas noturnas mistas, ampliou-se o atendimento em horários alternativos em 77,5% à população masculina adulta, com idade entre 20 e 59 anos.

O fato de as consultas, com agendamento prévio, serem ofertadas simultaneamente para ambos os sexos trouxe a aceitação dos

serviços propostos aos homens e despertou neles a vontade de participar mais ativamente das campanhas.

Resultados

A ampliação da oferta de atendimentos gerou diminuição da procura masculina pela Unidade de Pronto Atendimento (UPA) municipal em 17,6%, evidenciando uma mudança comportamental desse público no que diz respeito à saúde.

O programa possibilitou a construção de uma parceria entre profissionais de saúde e população feminina e colocou as mulheres como protagonistas de incentivo e apoio.

Os resultados também reforçam a mobilização de vários serviços de saúde para aumentar a oferta de procedimentos nas campanhas e integração entre os profissionais de saúde dos diferentes setores.



Blitz educativa traz conscientização sobre segurança no trânsito

Em 2014, de acordo com levantamentos feitos pelo Instituto Avante Brasil, o número de mortes no trânsito seria de 48.349. Sendo estimado 4.029 mortes por mês, 132 mortes por dia e 6 mortes por hora, ou seja, uma a cada 10 minutos.

Em termos absolutos, o Brasil é o 4º país do mundo com maior número de mortes no trânsito, ficando atrás somente de China, Índia e Nigéria.

A fim de contornar esses índices, o município de Ponta Grossa criou o projeto *Trânsito: Educar para a Vida*, que recebeu o Certificado de Reconhecimento no 2º Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

Blitz

O Projeto é realizado por meio de blitz educativas que contam com a integração de

crianças e adolescentes das escolas municipais, estaduais e particulares, podendo estender o convite às empresas e às indústrias.

Os condutores de veículos são abordados pelos estudantes, que entregam material educativo e dialogam sobre segurança no trânsito.

Os pais desses jovens acompanham a atividade, incentivando os filhos na dedicação em dar as explicações sobre o material distribuído e aprender sobre regras, sinalizações, cidadania e ética.

Essa iniciativa também colabora para que os pais reflitam sobre suas atitudes no trânsito, reavaliando suas próprias condutas.

O projeto tem como meta a construção da consciência dos pedestres e condutores, no intuito de valorizar a vida e di-

minuir os índices de mortes no trânsito.

Com a formação de crianças e adolescentes em segurança no trânsito, criam-se multiplicadores que levam a temática a toda a comunidade, realizando uma aprendizagem coletiva.

Indicadores

A procura das escolas para participação no projeto *Trânsito: Educar para a Vida* tem crescido.

Já foram realizadas mais de cem blitz educativas, contemplando uma média de oito escolas mensalmente, que influenciam positivamente os estudantes e seus pais – os condutores –, pedestres e toda a sociedade pontagrossense com o resgate educacional sobre comportamento no trânsito, valores sociais e morais.



Matemática e tecnologia caminham juntas na educação

Com o objetivo de aprimorar o ensino da matemática nas escolas municipais, foi implantado em Rolândia o projeto *Khan Academy*, que recebeu um Certificado de Reconhecimento no 2º PGP-PR.

Tornar o estudo da matemática mais prazeroso e colocar o aluno das escolas municipais em contato com o mundo tecnológico são objetivos da iniciativa.

Tecnologia

A tecnologia é a grande aliada do aprendizado no *Khan Academy*, que é aplicado semanalmente em dez escolas municipais.

Trata-se de uma metodologia desenvolvida pela organização não governamental (ONG) *Khan Academy*, que tornou a disciplina descomplicada e atrativa para estudantes dos 4º e 5º anos.

Com a utilização da plataforma digital, os alunos se sentem como se estivessem em um jogo virtual. Ela possibilita o planejamento de atividades levando em consideração as dificuldades e os avanços de cada criança individualmente.

O professor tem importante papel, pois age como facilitador para que os objetivos sejam atingidos, ajudando o aluno a ir além do aprendizado, passando a dominar o conhecimento.

Plataforma

A Fundação Lemann foi a responsável por trazer a plataforma para o Brasil, firmando um termo de cooperação com a prefeitura, em que não há transferência de recursos da Secretaria Municipal de Educação para a entidade.

No acordo, cabe à prefeitura disponibilizar internet e computadores nas escolas, bem como a

manutenção desses equipamentos, enquanto à Fundação cabe fornecer o ambiente de aprendizado virtual on-line.

Desta forma, os custos de implantação e manutenção do projeto são mínimos para disponibilização de uma ferramenta inovadora.

Aprendizado

As crianças são avaliadas por meio de relatórios individuais ou coletivos gerados pela plataforma. Assim, os professores podem analisar quais são os pontos que merecem mais atenção em sala de aula e direcionar estratégias para a melhoria da performance das crianças.

A aceitabilidade entre os alunos tem sido boa, comprovada pela facilidade na navegação na plataforma e interesse em utilizar o recurso didático, mesmo em período de férias.



Atendimento especializado oferece bem-estar aos idosos de São Jorge do Ivaí

Os idosos necessitam de cuidados especiais que, por diversas razões, nem sempre a família pode os oferecer. Nessas situações a pessoa idosa fica desassistida e vulnerável a doenças como demência ou depressão.

Para dar atendimento especializado aos idosos e zelar por sua proteção, o município de São Jorge do Ivaí possui o *Centro de Atendimento e Proteção ao Idoso – CAPI*, projeto que recebeu um dos Certificados de Reconhecimento durante o 2º Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

O CAPI cuida não apenas das necessidades básicas, mas reforça a segurança, autonomia, bem-estar e socialização do idoso, tudo de forma gratuita.

CAPI

A sede é localizada no centro do município, numa área de

274 m², que dispõe de dormitórios, sala, cozinha, lavanderia, banheiro adaptado e área livre para caminhadas.

A demanda atual é de nove idosos por dia, que são acompanhados por cuidadores, clínico geral, psicólogo, assistente social e fisioterapeutas.

Atividades

As ações buscam desenvolver hábitos saudáveis de alimentação e higiene, estímulo às funções cognitivas, convívio social e lazer.

De forma multidisciplinar, as atividades desenvolvidas resgatam a autoestima e a dignidade do idoso, influenciando positivamente a qualidade de vida, socialização e saúde, além de amenizar o avanço da demência e cuidar da manutenção das capacidades funcionais.

As atividades do Centro refletem positivamente não apenas na vida do idoso como também na de seus familiares, que podem realizar suas atividades diárias com a tranquilidade de que seus entes estão no conforto do CAPI.

Para as famílias, também é vantajoso financeiramente, já que não precisam destinar parte da renda para gastos com cuidadoras e alimentação para os idosos durante o dia.

Bem-estar

Nos idosos que frequentam o Centro, observa-se melhoria de comunicação, convívio social, mobilidade física e qualidade de vida.

Para os familiares, o CAPI representa uma importante ferramenta para garantir a segurança e o bem-estar do idoso.



Esportes e cultura ajudam no combate às drogas e à violência

Criado pela Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Esportes e Lazer do município de Sarandí, o projeto *Eu Cuido* busca afastar os jovens da violência e do uso de drogas por meio de atividades que desenvolvem sua formação cidadã.

A iniciativa recebeu um Certificado de Reconhecimento durante a cerimônia de premiação da segunda edição do PGP-PR.

Formação cidadã

Com o objetivo de assegurar aos jovens seus direitos referentes a vida, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade e convivência social, o projeto oferece diversas atividades às crianças e aos adolescentes entre 4 e 18 anos.

Os jovens têm à disposição, de forma gratuita e em contratur-

no escolar, oficinas esportivas e culturais, como atletismo, aulas de dança do ventre, futsal, futebol, handebol, judô, natação, tênis e voleibol.

Os participantes vivenciam torneios, competições e apresentações artísticas, trazendo melhora significativa da qualidade do ensino por meio da ampliação de oportunidades educativas e esportivas.

Com ações desse tipo, busca-se promover a formação cidadã a fim de manter os jovens ocupados e afastados de influências maléficas das ruas, prevenindo o contato com os riscos sociais da violência e das drogas.

Acompanhamento

Além de disponibilizar as atividades, o *Eu Cuido* faz um monitoramento do desenvolvimento social, afetivo, emocional

e cognitivo de crianças e jovens nos seus diversos grupos de convívio.

Outro objetivo é possibilitar aos alunos atendimento com especialistas como psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos.

Aprendizagem

O número de participantes do projeto é de aproximadamente dois mil, mas a meta é atingir três mil crianças.

Do início do projeto, em 2013, até o momento, tem-se observado uma redução significativa nos índices de violência entre os jovens.

Verificou-se também que as atividades influenciam diretamente na disciplina dos estudantes, o que foi demonstrado pela diminuição da evasão escolar e melhoria no rendimento de aprendizagem dos alunos.



Modernização no sistema de saúde garante mais agilidade no atendimento

O projeto denominado *A implantação da tecnologia dos tablets no trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) nos domicílios de Santa Terezinha de Itaipu* foi mais um a receber o Certificado de Reconhecimento na segunda edição do Prêmio Gestor Público Paraná (PGP-PR).

A utilização dos tablets pelos ACS representa modernização no sistema de saúde, conferindo agilidade na circulação de informações sobre pacientes.

Informatização

O sistema de saúde de Santa Terezinha de Itaipu já possuía informatização no agendamento, acolhimento, emissão de receita de medicamentos e procedimentos médicos e de enfermagem.

O trabalho primário de cadastro das famílias e inserção

de seus dados neste sistema era a única etapa que não estava informatizada.

Os Agentes Comunitários de Saúde ainda utilizavam uma ficha de papel nas visitas domiciliares à comunidade.

Como todo sistema de saúde municipal já era digital, foi necessária apenas a aquisição de tablets e a instalação de servidor.

Todos os agentes receberam um aparelho e assinaram um termo de uso do tablet. Posteriormente passaram por treinamento sobre a utilização da ferramenta.

Além da ficha digitalizada, os tablets possuem um dispositivo de Global Positioning System (GPS) que permite ao agente consultar a localização exata do domicílio em que fará a visita.

A utilização dos tablets pro-

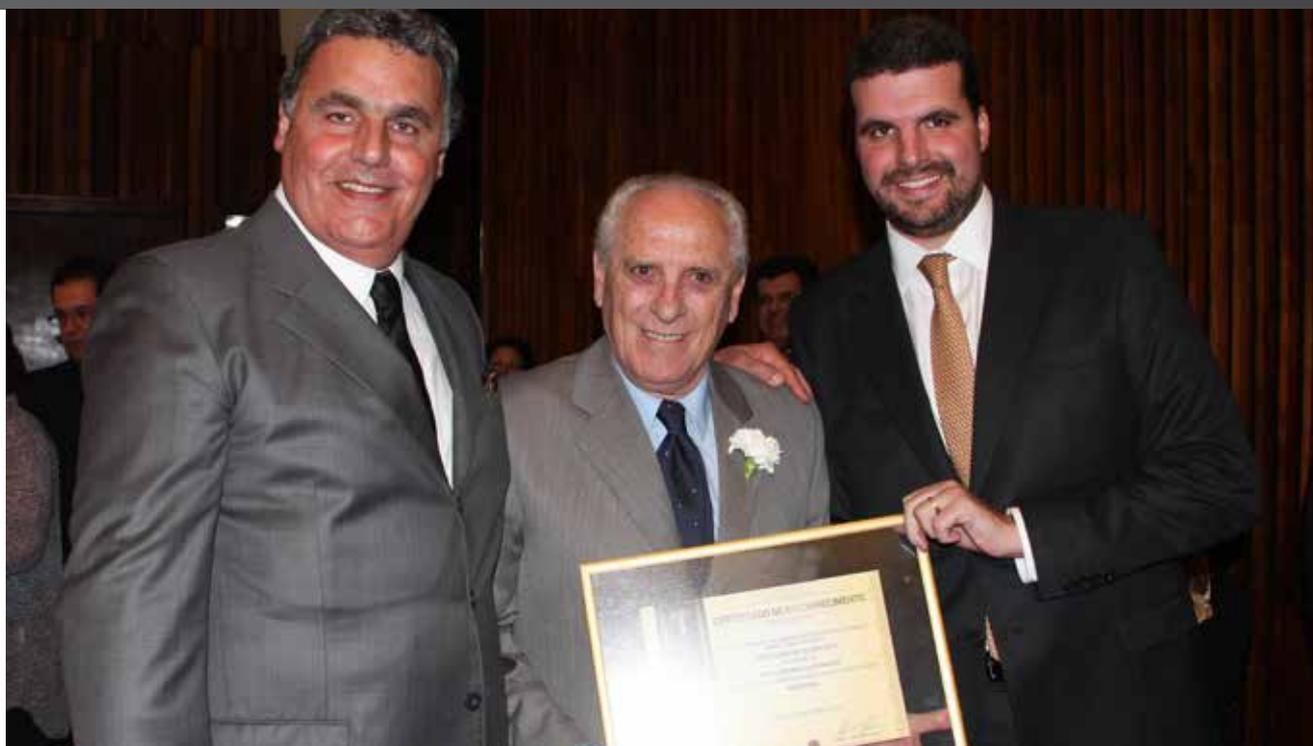
porcionou agilidade e facilidade ao preenchimento e à gestão dos dados.

Todo o acesso ao mecanismo no tablet é feito off-line e a exportação dos dados para o sistema informatizado é realizada na Unidade de Saúde através de conexão wi-fi.

Agilidade

Os agentes foram equipados com 60 tablets para execução de suas tarefas. Esta melhoria está proporcionando à população um atendimento domiciliar mais ágil e confiável.

A dinamicidade na circulação de informações permite que toda a rede de atenção à saúde no município tenha acesso, de forma rápida, à situação dos usuários, tornando a assistência à saúde mais assertiva e beneficiando a população.



Movimento cultural valoriza a produção artística regional em Santo Antônio da Platina

O projeto *Intervenha* surgiu em 2011 como uma iniciativa independente para promover música e arte em Santo Antônio da Platina.

Em 2014, o projeto expandiu-se e passou a ser responsabilizada da esfera pública, que fez sua inscrição no 2º PGP-PR.

A iniciativa, premiada com um dos Certificados de Reconhecimento, visa fomentar a produção cultural da região, com resgate dos saberes culturais locais, além de inserir o artista como um indivíduo que pode trazer melhorias para a sua comunidade.

Produção

A produção do *Intervenha* começou com um mapeamento das atividades voltadas à cultura realizadas no município mediante uma ficha de cadastro preenchida por artistas e produtores culturais.

Com a grande adesão, foi possível criar um banco de dados que trouxe subsídios para o departamento de Cultura analisar o melhor formato para o festival *Intervenha para o Bem*, incluído na agenda das comemorações do centenário de Santo Antônio da Platina.

Os artistas e produtores culturais inscritos no cadastro municipal de cultura participaram do planejamento do festival e definiram o cronograma de apresentações musicais, logística das exposições, além de futuras ações que pudessem ser realizadas.

Festival

O festival aconteceu em 19 de julho, na praça Frei Cristóvão Capinzal, e contou com a participação de mais de 30 artistas da música, dança, artes visuais e poesia, durante o dia todo. Estima-se

que o festival tenha recebido participações de artistas de um raio de 50 km.

A aceitação da população e dos artistas foi tão grande que se fez necessário o agendamento de uma segunda edição, realizada em 7 de setembro.

Coletivo Cultural

Mais que um festival multicultural, o *Intervenha* possibilitou a criação de um grupo de conscientização artística, que está se edificando como um coletivo cultural.

A rede de relacionamento formada entre o departamento de Cultura e os artistas é um resultado valioso da iniciativa, que fomenta ações culturais também nas cidades próximas, sempre com o intuito principal de valorização da arte e do artista em seu município.



Programa previne complicações e humaniza os estomizados

O *Programa de Atenção aos Estomizados*, do município de Telêmaco Borba, garante atendimento humanizado e qualificado, promovendo a ressocialização ao meio social e familiar.

A iniciativa, que recebeu um Certificado de Reconhecimento durante o 2º PGP-PR, atende também aos municípios de Curiúva, Imbaú, Ortigueira, Reserva, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania.

Estomia

A estomia é um processo cirúrgico no qual é criada a comunicação entre um órgão interno com o exterior, feito para tratar uma doença e aliviar sintomas.

Trata-se de uma abertura artificial a qual permite que fezes ou urina sejam expelidas do intestino delgado ou do trato urinário.

Com isso, a pessoa não tem controle sobre a defecação ou uri-

na e precisa usar uma bolsa para coletar o material expelido.

Acompanhamento

Antes da instituição do programa, as bolsas eram entregues aos usuários sem nenhum acompanhamento, o que gerava muitas complicações e problemas relacionados à falta de orientação.

Foi instituída uma reunião mensal com as pessoas atendidas e respectivos familiares, para orientar o autocuidado, a prevenção e o tratamento de complicações.

Nos encontros, os estomizados assistem a palestras feitas por uma equipe multidisciplinar que conta com farmacêutica, enfermeira, assistente social, fonoaudióloga, nutricionista, psicólogo, educadora física e outros profissionais.

No mesmo dia é feito o atendimento particular de enfermagem

com cada estomizado, ocasião em que se promove a troca do dispositivo, a verificação do estoma e das condições da pele ao seu redor.

Os usuários relatam se houve dificuldade na adaptação da bolsa, lesões de pele ou qualquer outro problema.

O programa também realiza visitas domiciliares nos casos em que o estomizado tem dificuldade de locomoção ou está acamado.

Humanização

O programa promove melhoria na qualidade de vida e a humanização do estomizado, resgatando sua dignidade e seu retorno ao convívio social.

Desde a instituição do programa, em março de 2014, houve avanços na qualidade de vida de diversos estomizados e na prevenção de complicações futuras.



Prática pedagógica tem constante evolução em Wenceslau Braz

O projeto *Construindo e Reconstruindo*, do município de Wenceslau Braz, recebeu um Certificado de Reconhecimento da segunda edição do Prêmio Gestor Público Paraná.

O objetivo da iniciativa é propiciar aos professores do ensino fundamental oportunidade para reflexão e construção crítica do conhecimento escolar.

Resistência

Este projeto inovador teve início com a aprovação da Lei 11.274/2006, que regulamenta o ensino fundamental de nove anos, assegurando às crianças um tempo maior de convívio escolar e maiores oportunidades de aprendizado.

Diante dessa realidade, a Secretaria Municipal de Educação do município de Wenceslau Braz identificou que muitos profes-

res da rede de ensino apresentavam resistência à inovação, à experimentação de novas metodologias e ao trabalho coletivo dentro das escolas.

Partindo do pressuposto de que a prática pedagógica das escolas deve ser repensada continuamente para evitar que o ensino fique defasado e desinteressante aos estudantes, foi criado o projeto como uma intervenção para apoiar os professores na construção de um espaço democrático de discussão.

Com essa iniciativa, buscou-se atuação direta com os professores dentro das instituições de ensino, quebrando a resistência às novidades.

Debates

A Secretaria Municipal de Educação de Wenceslau Braz propôs uma intervenção pedagó-

gica com a realização de oficinas voltadas ao debate sobre troca de experiências vivenciadas pelos professores.

Para ajudar na elaboração das oficinas, foram convidadas oito professoras de destaque do município para liderar os trabalhos, focando na troca de experiências sobre metodologias em sala de aula, práticas de sucesso e materiais de apoio.

As oficinas duram três dias, nos quais relatos de experiências e a reflexão sobre as diferentes práticas pedagógicas permitem repensar a importância da evolução nas metodologias para garantir qualidade na educação.

Com grande aceitação dos professores e com a melhoria na alfabetização, o projeto continuará com docentes de todas as séries.

II PGP-PR

Equipe do II Prêmio Gestor Público Paraná

COMITÊ TÉCNICO

Agenor Carvalho Dias; Carlos Dell Agnelo; Fernandes dos Santos; João Marcos de Souza; Laerzio Chiesorin Junior; Osmar de Araújo Gomes; Nilce Costa de Oliveira Nascentes; Reginaldo de França.

COORDENAÇÃO-GERAL DO PGP-PR

Laerzio Chiesorin Junior.

AVALIADORES DE PROJETOS

Adenir Zanin; Alexandre Seixas; Ana Paula Pelizari M. Lima; Antonio Clydon Siqueira Junior; Elenice do Rocio Padilha Bomfim; Erson Lopes da Silva; Fernando José de Andrade; Genildo Duffeche Tibes; Giancarlo Schetini de Almeida Torres; Hamilton da Silva; Helder Marques Yano; Jair José Menin; James Corradini; José Américo Silva Pinto; Laura Noriko Tsuge; Lauro Yassuaki Yokoyama; Lucia Yumiko Nishimura; Marcelo Domakoski; Maria Teresa Dal Bianco Negrisoni; Marli Aparecida Garrocini Nascimento; Marta Jandira Quaglia Gambini; Odair de Paula Bomfim; Osni Vito; Rejane Carla Fuhr Bonamigo; Renato Pazzanese; Roberto Aparecido Piekarczyk; Rosa Fátima dos Santos; Sergio Luiz de Oliveira Franco; Silço Massao Takeshita; Wagner de Faria Lima.

COMISSÃO JULGADORA

José Carlos Carvalho - Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (SINDAFEP);
Virginia Baldessarini Cano - Sindicato dos Servidores Públicos da Administração Tributária do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIFISCO-RS);
Marina Irene Bertola Estupiñán - Companhia Paranaense de Gás (COMPAGAS);
Mario João Figueiredo - Agência de Fomento do Paraná;
Elio Rush - Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP);
Breno Pascualote Lemos - Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA);
Akichide Walter Ogasawara - Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR);
Kátia Regina Puchaski - Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON);
Luciano Elias Reis - Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Paraná (OAB-PR);
Márcio Souza Villela - Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná (AERP);
Eduardo Moreira Garcia - Conselho Regional de Economia do Paraná (CORECON-PR);
Lorena Carmem Gramms - Conselho Regional de Administração do Paraná (CRA-PR);
Mauro Sorgenfrei - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR).

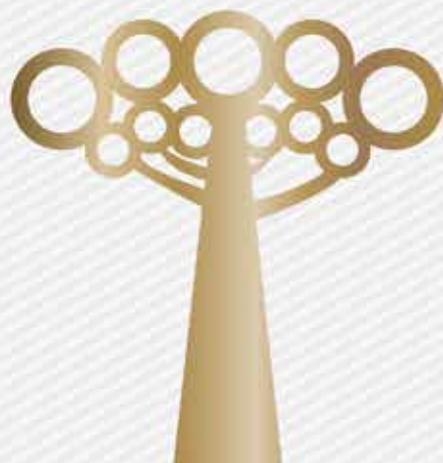
EQUIPE DE APOIO

Valéria Silva Ribeiro Adão.

Bons exemplos

devem ser

valorizados e multiplicados



III PRÊMIO
GESTOR PÚBLICO
PARANÁ

2015



NÃO TEMOS
TEMPO.
O FUTURO
É AGORA.

GESTOR,
INSCREVA SEUS PROJETOS NA
TERCEIRA EDIÇÃO DO PGP-PR
E AJUDE A TORNAR O PARANÁ UM ESTADO
CADA VEZ MELHOR

Informações:
41 3221-5308

 www.pgp-pr.org.br

Realização:



SINDICATO DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ
www.sindafep.com.br

Participação
Especial:



INSTITUTO LEGISLATIVO
DO ESTADO DO PARANÁ

Patrocínio:



COMPAGAS

Gás Natural



FomentoParaná

Apoio:



Associação Nacional de
Magistrados Públicos do Paraná
ANMP/PR

CORECON^{PR}



O Prêmio Gestor Público é uma
marca de propriedade do:



Informações: 41 3221-5308
www.pgp-pr.org.br